

PRODEFESA

**REGULAMENTO OPERACIONAL
(ROP)**

INDICE

I.	APRESENTAÇÃO	1
II.	MARCO DE REFERÊNCIA	2
III.	Objetivos e Descrição	3
A.	Objetivos	3
1.	Objetivos Geral	3
2.	Objetivos Específicos.....	3
B.	Descrição do Componentes.....	3
1.	Componente 1: Modernização e Desburocratização	3
a)	Subcomponente Melhoria da Eficiência dos Laboratórios Nacionais Agropecuários (Lanagro).....	3
b)	Subcomponente de Melhoria da Eficiência da Prestação de Serviços em Portos e Aeroporto	5
c)	Subcomponente Melhoria da Eficiência dos Serviços da Defesa Agropecuária.....	6
d)	Subcomponente Implantação de Boas Práticas Normativas.....	7
2.	Componente 2: Controle e erradicação de pragas de plantas e doenças animais.....	8
a)	Subcomponente Programa Nacional de Controle da Mosca da Carambola (<i>Bactrocera carambolae</i>)	8
b)	Subcomponente Programa Nacional de Erradicação e Prevenção da Febre Aftosa (PNEFA)	9
c)	Subcomponente Programa Nacional de Controle e Erradicação da Peste Suína Clássica (PSC)	10
3.	Componente 3: Conhecimento e Inovação para a Defesa Agropecuária	10
a)	Estudos Estratégicos para apoio a Defesa Agropecuária Federal	12
b)	Desenvolvimento das Competências em Defesa Agropecuária	12
c)	Sistema de Inteligência Estratégica	14
d)	Apoio à Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) em Defesa Agropecuária	15
e)	Estudos para um Parque Tecnológico em Defesa Agropecuária	16
f)	Gastos Administrativos.....	17
4.	Componente 4: Monitoramento e Avaliação	17
a)	Implementação de instrumentos para o monitoramento, avaliação e elaboração das lições aprendidas do PRODEFESA	17
b)	Implementação de instrumentos para a gestão da Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA).....	18
C.	Custo e Financiamento	19
IV.	MATRIZ DE RESULTADOS	21
V	EXECUÇÃO DO PROGRAMA.....	23

A.	Esquema Geral de Execução	23
1.	Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA)	24
2.	Comitê Executivo de Gestão da Secretaria de Defesa Agropecuária (CEG/SDA)	24
3.	Unidade Coordenadora do PRODEFESA (UCP/SDA)	25
4.	Outras Unidades da SDAe do MAPA diretamente envolvidas na execução do PRODEFESA	26
5.	Outras instituições envolvidas na execução do PRODEFESA	29
VI.	AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÕES	30
A.	Introdução	30
B.	Aquisição de Bens e Contratação de Obras	30
C.	Seleção e Contratação de Consultores	30
D.	Processos de Seleção por Categoria de Gastos	30
VII.	PLANEJAMENTO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO	32
A.	Introdução	32
B.	Plano de Execução do Projeto (PEP)	32
C.	Plano Operacional Anual (POA)	32
D.	Plano de Aquisições (PA)	32
E.	Matriz de Resultados (MR)	32
F.	Plano de Monitoramento e Avaliação (PMA)	33
G.	Matriz de Gestão de Riscos do Projeto (MGR)	33
H.	Relatório Semestral de Progresso (RSP)	33
I.	Progresso de Monitoramento do Relatório (PMR)	33
J.	Demonstrações Financeiras Auditadas (EFAs) e Relatórios Semestrais de Revisão Ex-Post de Aquisições e de Desembolsos	34
K.	Avaliação Intermédiária	34
L.	Avaliação Final	34
VIII.	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E AUDITORIA	33
A.	Introdução	33
B.	Plano de Contas	33
C.	Desembolsos do <i>Projeto por Resultados</i>	35
D.	Desembolso do Projeto <i>Cooperação Técnica</i>	35
E.	Auditorias Interna e Externa	36
IX.	OUTROS TEMAS	36
A.	Código de Ética	36
B.	Modificações ao Regulamento Operacional	36

ANEXOS

ANEXO I	Matriz de Resultados
ANEXO II	Protocolo de Verificação
ANEXO III	PEP/POA
ANEXO IV	Contrato/Convênio de Apoio Gerencial entre IICA e MAPA
ANEXO V	Convênio/Termo de Execução Descentralizada (TED) entre CNPq e MAPA
ANEXO VI	Elegibilidade dos Projetos de P&D
ANEXO VII	Contrato de Empréstimo XXXX-BR/OC
ANEXO VIII	Termos de Referência de la Consultoria para Verificação Independente dos Resultados

ABREVIACÕES E DEFINIÇÕES

AA	Acordo Agrícola
AMSF	Acordo sobre Aplicações de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias
Anvisa	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
APPCC	Análises de Perigos e Pontos Críticos de Controle
Banco	O mesmo que BID
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CEG/SDA	Comitê Executivo de Gestão da Secretaria de Defesa Agropecuária da Secretaria de Defesa Agropecuária
CGAI/SDA	Coordenação-Geral de Articulação Institucional da Secretaria de Defesa Agropecuária
CGAL/SDA	Coordenação-Geral de Laboratórios Agropecuários da Secretaria de Defesa Agropecuária
CGIE/SDA	Coordenação-Geral de Inteligência e Estratégia da Secretaria de Defesa Agropecuária
CGU	Controladoria Geral da União
CNPq	Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento
CGOP/SDA	Coordenação-Geral de Gestão de Operações, Controle, Monitoramento e Avaliação da Secretaria de Defesa Agropecuária
CIPV	Secretariado da Convenção Internacional para Proteção Vegetal
COAF/SDA	Coordenação de Administração, Orçamento e Finanças da Secretaria de Defesa Agropecuária
CPAR/SDA	Comitê Permanente de Análise e Revisão de Atos Normativos
CPL	Comissão Permanente de Licitação
C&T	Ciência e Tecnologia
DARAN	Divisão de Análise e Revisão de Atos Normativos
DDA/SFA-[UF]	Divisões de Defesa Agropecuárias das Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento nas Unidades da Federação
DFIA/SDA	Departamento de Fiscalização de Insumos Agrícolas da Secretaria de Defesa Agropecuária
DFIP/SDA	Departamento de Fiscalização de Insumos Pecuários da Secretaria de Defesa Agropecuária
DIPOA/SDA	Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal da Secretaria de Defesa Agropecuária
DAS/SDA	Departamento de Saúde Animal da Secretaria de Defesa Agropecuária
DSV/SDA	Departamento de Sanidade Vegetal da Secretaria de Defesa Agropecuária
EFA	Demonstrações Financeiras Auditadas/Estados Financeiros Auditados
Empréstimo	Empréstimo do BID ao governo Brasileiro para a execução do PRODEFESA
Embrapa	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Enagro	Escola Nacional de Gestão Agropecuária
FEA	Fiscais Estaduais Agropecuários

Gab/SDA	Gabinete da Secretaria de Defesa Agropecuária
GATT	Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio
IICA	Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
IEDA	Inteligência Estratégica em Defesa Agropecuária
Lanagro	Laboratórios Agropecuários (da SDA/MAPA)
LIMS	Laboratory Information Management System
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MCTIC	Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações
MGR	Matriz de Gestão de Riscos do Projeto
MR	Matriz de Resultados
OGM	Organismos Geneticamente Modificados
OIE	Organização Mundial de Saúde Animal
OMC	Organização Mundial do Comércio
OPS	Organização Pan-Americana da Saúde
P&D	Pesquisa e Desenvolvimento
PDA	Plano de Defesa Agropecuária
PEP	Plano de Execução do Projeto/Programa
PGA	Plataforma de Gestão Agropecuária
PIB	Produto Interno Bruto
PMA	Plano de Monitoramento e Avaliação
PMR	Relatório de Monitoramento do Projeto
PNDP	Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal
PNEFA	Programa Nacional de Erradicação e Prevenção da Febre Aftosa
PNSS	Programa Nacional de Sanidade Suídea
POA	Plano Operativo Anual
PPA	Plano Plurianual
PSC	Peste Suína Clássica
Rede Lanagro	Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários (da SDA/MAPA)
ROP	Regulamento Operacional
RSP	Relatório Semestral de Progresso
SBCQ	Seleção Baseada em Custo e Qualidade
SBMC	Seleção Baseada no Menor Custo (), Contratação Direta (CD
SBQ	Seleção Baseada na Qualidade
SDA	Secretaria de Defesa Agropecuária
SE/MAPA	Secretaria Executiva do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
SFA-[UF]	Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento nas Unidades da Federação
SIAF	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIGSIF	Sistema de Informações Gerenciais do Serviço de Inspeção Federal
Sisbin	Sistema Brasileiro de Inteligência
SISLEGIS	Sistema de Consulta à Legislação

SISMAN	Sistema de Monitoramento de Atos Normativos
SOF	Seleção Baseada em Orçamento Fixo
SQC	Seleção Baseada nas Qualificações do Consultor
SRI/MAPA	Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
SUASA	Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária
TAM	Técnica de Aniquilação de Machos
TI	Tecnologia da informação
UCP/SDA	Unidade Coordenadora do Programa/PRODEFESA
UTRA/SFA-[UF]	Unidade Técnica Regional de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do MAPA
UVAGRO	Unidades de Vigilância Agropecuária do MAPA
VIGIAGRO	Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional da Secretaria de Defesa Agropecuária

I. APRESENTAÇÃO

- 1.1 O presente Regulamento Operacional (ROP) tem como propósito estabelecer os termos e condições que regirão a execução do Programa de Defesa Agropecuária (PRODEFESA) cujo objetivo é contribuir ao aumento da produtividade agropecuária e ao acesso a mercados nacionais e internacionais através do fortalecimento dos serviços de sanidade agropecuária do país. Os principais beneficiários serão os produtores agropecuários e demais participantes da cadeia produtiva apoiado pelo Programa.
- 1.2 O PRODEFESA tem um custo total de US\$200,0 milhões e contempla a execução de 4 Componentes a saber: (i) Componente 1: Melhoria da Eficiência dos Serviços de Sanidade (US\$23,0 milhões); (ii) Controle e Erradicação de Pragas e Doenças (US\$137,0 milhões); (iii) Conhecimento e Inovação para a Sanidade Agropecuária do Futuro (US\$35,0 milhões); e (iv) Monitoramento, Avaliação e Aprendizagem (US\$5,0 milhões). Os dois primeiros Componentes (Componentes 1 e 2) serão financiados pelo BID mediante instrumento PBR, será referido como *Projeto por Resultados*. O Componente 3, também será financiado pelo BID mediante o instrumento de *Cooperação Técnica* reembolsável. O Componente 4 será financiado com recursos de contrapartida nacional.
- 1.3 O ROP contempla: (i) descrição dos objetivos, componentes e resultados esperados com a operação; (ii) o esquema de execução do Programa; (iii) o esquema de programação, acompanhamento, e avaliação de resultados; (iv) descrição dos mecanismos que serão utilizados para a verificação independente dos logros das metas (protocolo de verificação) acordadas com o BID.

II. MARCO DE REFERÊNCIA

- 2.1 Em maio de 2015 a Secretaria de Defesa Agropecuária lançou em solenidade no Palácio do Planalto o Plano de Defesa Agropecuária (PDA), instrumento de planejamento estratégico, com uma visão de médio prazo para orientar as transformações e investimentos necessários para adequar a instituição as demandas oriundas do gigantesco salto dado pela agropecuária brasileira no período 1995-2015, onde o Brasil passou a ser um dos maiores exportadores de alimentos do mundo.
- 2.2 O PDA propõe seis eixos de ação para enfrentar os principais desafios para que o país possa continuar aumentando a sua produção agropecuária, garantir o acesso dos consumidores a produtos sanitariamente inócuos e expandir o mercado internacional. Os seis eixos de ação são: (i) Modernização e Desburocratização; (ii) Fortalecimento e Modernização do Marco Regulatório; (iii) Fortalecimento do Conhecimento e Suporte Estratégico; (iv) Implantação e Fortalecimento de Programas e Projetos Técnicos Prioritários; (v) Sustentabilidade da Defesa Agropecuária; e (vi) Implantação de um Sistema de Avaliação e Monitoramento. Para cada eixo do PDA foram identificados e priorizados projetos, ações e atividades específicas que levariam a uma mudança profunda no *status quo* vigente.
- 2.3 O PRODEFESA está composto por seleção de projetos que compõe o PDA. divididos em dois componentes. Dois deles (1 e 2) são financiados por meio de um Empréstimo por Resultados, cujos desembolsos estarão condicionados ao cumprimento de metas de desempenho acordadas com o Organismo Financiador (BID); e um Componente (e) é financiado por meio de uma Cooperação Técnica Reembolsável/Empréstimo de Cooperação Técnica, tendo como objetivo apoiar o processo de modernização institucional da Defesa Agropecuária.
- 2.4 Os recursos da *Cooperação Técnica* contemplados no Programa seriam desembolsados conforme previstos nos Planos Operativos Anuais (POA) e confirmados nos planos financeiros semestrais a serem enviados oportunamente ao BID. Estes recursos apoiarão, principalmente, o desenvolvimento do Eixo de Conhecimento do PDA.

III. OBJETIVOS E DESCRIÇÃO

A. Objetivos

1. Geral

- 3.1 O objetivo geral da operação é contribuir ao aumento da produtividade agropecuária e ao acesso a mercados nacionais e internacionais através do fortalecimento dos serviços de sanidade agropecuária do país.

2. Específicos

- 3.2 Os objetivos específicos do projeto são:
- (i) Melhorar o desempenho de serviços da SDA que afetam o desempenho do setor agropecuário brasileiro;
 - (ii) Melhorar o controle de doenças e pragas quarentenárias de grande impacto econômico, focado no controle da febre aftosa, peste suína clássica e mosca da carambola (*Bactrocera carambolae*).
 - (iii) Apoiar a implementação do eixo de Conhecimento e Suporte Estratégico do Plano de Defesa Agropecuária (PDA).
 - (iv) Implantar um sistema de monitoramento e avaliação do Programa e fortalecer as capacidades do MAPA/SDA para realizar o monitoramento e avaliação de seus projetos, contribuindo à gestão por resultados..

B. Descrição do Programa

1. COMPONENTE 1. MELHORIA DA EFICIÊNCIA DOS SERVIÇOS DE SANIDADE

- 3.3 O componente tem como foco principal desenvolver os Projetos que permitam tornar a SDA numa organização voltada para resultados, que buscam atender as necessidades de seus clientes e a gestão governamental, com eficiência, eficácia e efetividade, tendo como resultado a melhora na prestação de Serviços da Defesa Agropecuária. Isso será alcançado mediante atualização normativa, mudanças de processos, modernização tecnológica e capacitação dos funcionários encarregados de cada um dos temas.
- 3.4 O Componente incorpora quatro subcomponentes elencados no PDA e priorizados pela SDA. O principal critério é a redução da burocracia e do custo operacional com a melhoria dos processos envolvidos nos serviços para tornar mais competitiva a produção brasileira nos diversos mercados. Os quatro Subcomponentes (projetos) selecionados são: (i) Subcomponente de Melhoria da Eficiência dos Laboratórios Nacionais Agropecuários (Lanagro); (ii) Subcomponente de Melhoria da Eficiência da Prestação de Serviços em Portos e Aeroportos (Vigiagro); (iii) Subcomponente de Melhoria da Eficiência dos Serviços da Defesa Agropecuária; e (iv) Subcomponente de Implantação de Boas Práticas Normativas.

a) Melhoria da Eficiência dos Laboratórios Nacionais Agropecuários (Lanagro)

- 3.5 A Rede de Laboratórios Nacionais Agropecuários (Rede Lanagro) é parte integrante e estratégica do trabalho de fiscalização exercido pela Defesa Agropecuária. É responsável pela emissão de relatórios oficiais de ensaio aos programas e controles oficiais do MAPA. É composta por 06 laboratório, distribuídos em todas as regiões geográficas do país, e atua como referência perante outros laboratórios, públicos ou privados, credenciados pelo MAPA. Estes seis laboratórios, embora coordenados tecnicamente pela SDA, faziam parte da estrutura institucional da Secretaria Executiva do Ministério. Em 13 de julho de 2015, por meio do Decreto nº 8.492, os Lanagro passam a fazer parte da SDA, com subordinação direta ao Coordenação Geral de Laboratórios (CGAL), na categoria de unidades descentralizadas. Estes seis Laboratórios além de atender as demandas do MAPA, são referência perante outros laboratórios, públicos ou privados, credenciados pelo MAPA.
- 3.6 A institucionalidade criada pelo Decreto nº 8.492, abriu a oportunidade de se criar uma Rede Lanagro, com sistemas gerenciais uniformes, metodologias técnicas padronizadas e trabalhando com um único plano de trabalho em lugar de seis individuais. O primeiro passo para alcançar estes objetivos foi a contratação de uma consultoria para desenvolver o Plano Estratégico da Rede Lanagro para traçar os objetivos estratégicos da CGAL/Lanagro, os quais buscam assegurar que a área laboratorial atenda em 100% as demandas das áreas finalistas da SDA, por meio de melhora de processos gerenciais e técnicos, automação, melhor aproveitamento da capacidade instalada, e em última instância ampliação de infraestrutura física.
- 3.7 O Subcomponente tem como propósito melhorar a eficiência da Rede Lanagro, aumentando o percentual de ensaios realizados dentro do tempo adequado¹ desde a recepção da amostra até o envio de resultados aos clientes mediante mapeamento de processos, harmonização e monitoramento de processos-chave, aquisição de equipamentos e sistemas de automação, adequação e capacitação de recursos humanos e elaboração de um plano de adequação da infraestrutura laboratorial. Também deverá contemplar ações para reduzir problemas de coleta e envio de amostras aos Lanagro, que geram alto percentual de rejeição e, consequentemente, desperdício de recurso ao sistema de defesa agropecuária e a adoção de automação para a coleta de amostras no campo.
- 3.8 Os investimentos previstos deverão proporcionar a entrega dos seguintes produtos:
- i) Melhorias no LIMS (Laboratory Information Management System), desenvolvimento do sistema de controle de compras e do sistema de credenciamento e monitoramento de laboratórios. Se prevê a contratação de uma consultoria para desenvolver soluções, implantar melhorias necessárias dos sistemas nos 6 laboratórios da rede Lanagro, realizar a

¹ Se considera de 15 dias o tempo adequado para que os Laboratórios realizem os ensaios e entreguem os resultados, contados a partir da recepção das amostras.

integração entre os laboratórios da rede Lanagro com a coordenação de laboratórios em Brasília (CGAL/SDA) e a capacitação de recursos humanos.

- ii) Adequação de infraestrutura de tecnologia de informação (TI) incluindo servidores para a instalação de banco de dados, *storage* de dados para armazenamento, *switches*, cabeamento óptico, soluções de *back up*, e equipamentos de *hardware* para os seis Lanagro e para a CGAL/SDA.
- iii) Automatização de processos de laboratório com a aquisição de:
(i) equipamentos para automatização do processo de lavagem e esterilização e demais necessários à modernização de atividades importantes dos seis Lanagro; (ii) automação dos processos relacionados a ensaios executados por meio das técnicas passíveis de automatização, especialmente para atender áreas sensíveis como o diagnóstico de febre aftosa, influenza aviária, peste suína, biotecnologia e detecção de resíduos e contaminantes em alimentos.
- iv) Plano de utilização de espaços, *layout* e fluxos de trabalho prevê a contratação de uma consultoria para a elaboração de um Plano Diretor (*MasterPlan*) para avaliar os 6 laboratórios da rede Lanagro e desenvolver um plano de reestruturação e modernização que melhore a eficiência operacional e, na medida do possível, busque padronizar *layouts* e sistemas em toda a rede Lanagro. Contempla ainda a implementação das recomendações de reestruturação e modernização indicadas no Plano Diretor (*MasterPlan*).
- v) Modelação e automatização de processos chaves com a contratação de tutores especializados em gestão de projetos e processos, reuniões de construção e capacitações de servidores dos Lanagro e CGAL/SDA.
- vi) Adequação do quadro de pessoal capacitação de servidores dos Lanagro e da CGAL/SDA em novas formas de gestão e contratação de profissionais especializados em temas específicos e carentes no Ministério.

b) Subcomponente Melhoria da Eficiência da Prestação de Serviços em Portos e Aeroportos

- 3.9 A Coordenação Geral de Vigilância Agropecuária Internacional (CGVIGIAGRO) é responsável pelo controle e fiscalização do trânsito internacional de produtos de interesse agropecuário. Essa atividade é fundamental para impedir a entrada de pragas e doenças quarentenárias no território nacional, bem como assegurar a qualidade de produtos e insumos agropecuários importados pelo país. Ainda, atua para que os produtos nacionais exportados estejam cumprindo os requisitos de identidade, qualidade e sanidade exigidos pelos países parceiros. Todas essas ações impactam no avanço da economia brasileira e que é medida com indicadores de desempenho internacionais como por exemplo o ranking *Doing Business* do

Banco Mundial.

3.10 O Subcomponente busca modernizar e fortalecer o Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional (VIGIAGRO) para prevenir o ingresso no país de pragas e doenças quarentenárias que afetem vegetais e animais mediante:

- i) Aumento da eficiência dos processos de importação e exportação de produtos agropecuários e da competitividade do Brasil no comércio internacional;
- ii) Redução do tempo médio dos processos de fiscalização no comércio exterior de mercadorias, bens e materiais de interesse agropecuário (diminuição dos tempos de liberação);
- iii) Aumento do percentual de fiscalização do trânsito internacional de mercadorias irregulares;
- iv) Diminuição do percentual de intervenções físicas (importação).

3.11 Para lograr esses propósitos, o Subprograma prevê: (i) realizar a adequação da legislação aplicável aos controles do trânsito e do comércio internacional de mercadorias, bens e materiais de interesse agropecuário, assim como, da organização institucional e estrutura da Vigagro à nova sistemática de controle e fiscalização; (ii) desenvolver e implantar sistemas informatizados e de automação de processos, que permitam a pronta recuperação de dados; (iii) aplicar procedimentos gestão de risco para o aperfeiçoamento dos controles oficiais incidentes sobre as operações regulares do comércio internacional produtos de interesse agropecuário; (iv) implantar sistemática para intensificação da fiscalização e controle do trânsito irregular de mercadorias, bens e materiais de interesse agropecuário; (v) implantar e expandir as operações com Cães de Detecção nos principais pontos de ingresso estratégicos do país; (vi) aperfeiçoar a gestão e implantar mecanismos de harmonização e padronização das inspeções e demais operações; (vii) capacitar o corpo técnico do Vigagro para garantir a regularidade e agilidade das operações; (viii) realizar ações de educação sanitária quando aplicável; (viii) aperfeiçoar mecanismos de gestão operacional da Vigilância Agropecuária Internacional; e (ix) aperfeiçoar controles oficiais incidentes sobre as operações de comercio internacional de produtos de interesse agropecuário.

c) Subcomponente Melhoria dos Serviços de Inspeção, Registros e Autorizações

3.12 O Subcomponente tem como propósito melhorar a eficiência dos serviços de inspeção, registros e autorizações no âmbito da Defesa Agropecuária mediante (i) redução do tempo médio de atendimento para os processos elencados, e (ii) otimização da força de trabalho através da automação dos serviços. Para isso, serão realizados mapeamento de processos, mudanças normativas (caso necessário), automação de processos, capacitação do pessoal envolvido, e manutenção evolutiva do sistema implantado. Ao final da execução do

PRODEFESA, espera-se alcançar os seguintes resultados:

- i) Redução do tempo médio de atendimento do processo de exportação de bebidas;
- ii) Redução do tempo médio de atendimento do processo de importação de material genético animal e animais vivos;
- iii) Redução do tempo médio de atendimento do processo de registro de produtos de origem animal mediante melhorias no Sistema de Informações Gerenciais do Serviço de Inspeção Federal (PGA-SIGSIF).

d) Subcomponente Implantação de Boas Práticas Normativas

- 3.13 A atividade de regulamentação técnica da Secretaria de Defesa Agropecuária corresponde à edição e publicação de atos normativos destinados à regência da sanidade animal e vegetal, assim como ao controle e padronização de insumos e serviços agropecuários e de produtos de origem animal e vegetal, exercendo papel fundamental neste cenário, dada a expressiva e crescente importância do agronegócio brasileiro no âmbito nacional e internacional.
- 3.14 O subprograma em como propósito o melhoramento da qualidade dos padrões das normativas e a redução dos tempos médio de elaboração e publicação de novos atos normativos mediante:
- i) Estabelecimento de instâncias e procedimentos para elaboração, revisão, consolidação, implementação e revogação de atos normativos da SDA prevê o fortalecimento da coordenação do Comitê Permanente de Análise e Revisão de Atos Normativos (CPAR) a cargo da Divisão de Análise e Revisão de Atos Normativos (DARAN) mediante aquisição de equipamentos e incorporação de novos recursos humanos.
 - ii) Levantamento, gestão e revisão do estoque regulatório da SDA que deverá resultar no expurgo e revogação de atos obsoletos; compatibilização de contraditórios; e consolidação dos relacionados, porém dispersos. O trabalho exigirá a atualização do Sistema de Consulta à Legislação (SISLEGIS) e a automatização do processo de pesquisa e obtenção de informações referentes às normativas da Defesa Agropecuária;
 - iii) Disponibilização de fonte de consulta atualizada aos atos normativos em vigor para que a SDA tenha uma única fonte de consulta à legislação sobre Defesa Agropecuária. Para isso, será necessário a recuperação da legislação por assuntos indexados, organizados em árvores temáticas e sua disponibilização por meio eletrônico de forma que o usuário tenha pesquisa fácil, rápida e confiável;
 - iv) Implementação do Manual de Boas Práticas Regulatórias da SDA mediante a realizações de workshops e o uso de meios de comunicação mais apropriada para a difusão do referido Manual/

- v) Desenvolvimento do Sistema de Monitoramento de Atos Normativos (SISMAN) em curso, permitirá o acompanhamento de propostas específicas de atos normativos, desde a iniciativa e elaboração da minuta até a publicação e implementação. Também, o Sistema irá fortalecer e ampliar a participação social no processo de elaboração de atos normativos, através da disponibilização de mecanismo interno de consulta pública, o que facilitará sobremaneira o envio de contribuições e a emissão de pareceres sobre as propostas recebidas;
- vi) Construção a Agenda Regulatória da SDA: agenda regulatória irá suprir deficiências encontradas na produção normativa da Secretaria, como a ausência de critérios de priorização, a baixa participação social, a falta de transparência e previsibilidade, a insegurança jurídica e a interferência política. A primeira agenda funcionará como um piloto de duração bianual (2019-2020) e envolve o levantamento inicial do arcabouço legal vigente, a elaboração da metodologia a ser seguida na construção e priorização da agenda e, por fim, o encaminhamento de minuta a ser aprovada por ato ministerial.

2. COMPONENTE 2: CONTROLE E ERRADICAÇÃO DE PRAGAS E DOENÇAS

- 3.15 A doenças animais e pragas vegetais são uma constante na produção agropecuária, situação que eleva custos de produção, cria riscos à saúde pública, pode ocasionar problemas ambientais e impossibilitar a comercialização de produtos nos mercados interno e externos. As ameaças das doenças e das pragas são cada dia maiores, principalmente pelo comércio internacional e deslocamento de pessoas entre as várias regiões do mundo.
- 3.16 A SDA trabalha com uma série de Programas de vigilância/controle/erradicação de pragas e doenças. Para compor o PRODEFESA, foram selecionados o Programa Nacional de Controle da Mosca da Carambola, o Programa Nacional de Erradicação e Prevenção da Febre Aftosa e o Programa Nacional de Controle e Erradicação da Peste Suína Clássica. Esses três Programas foram selecionados em função da sua importância para a economia do país, da experiência e a familiaridade das SDA com os temas e da organização já existente para a sua execução, incluindo com a participação dos *stakeholders*. O Componente tem como propósito melhorar o controle de doenças e pragas quarentenárias de grande impacto econômico focado no controle da Mosca da Carambola (*Bactrocera carambolae*), Febre Aftosa (FA) e Peste Suína Clássica (PSC).
 - a) **Subcomponente Programa Nacional de Controle da Mosca da Carambola (*Bactrocera carambolae*)**
- 3.17 Dado ao grande potencial de provocar danos irreparáveis para a fruticultura nacional, o PRODEFESA incorpora o Subprograma de *Bactrocera carambolae* que visa controlar e erradicar essa mosca antes que chegue às principais regiões produtoras de frutas. Atualmente, a praga se encontra presente nos Estados do Amapá, Pará e Roraima. Nos demais estados da Federação a praga está ausente.

Há, entretanto, um alerta para o risco de sua introdução no Estado do Amazonas devido ao trânsito de pessoas entre os Estados do Amazonas e Amapá e no estado do Maranhão.

- 3.18 As ações realizadas pelo MAPA em conjunto com as Agências sanitárias estaduais têm se concentrado na obtenção de dados sobre a flutuação e densidade populacional da *Bactrocera carambolae* e as ações de controle da mosca tais como pulverização de plantas, aplicação da Técnica de Aniquilação de Machos (TAM) e coleta de frutos. Estas medidas serão reforçadas com a contratação de empresas especializadas para realizar as atividades de controle e erradicação e fortalecimento das ações executadas pelas agências estaduais de defesa agropecuária. Em ambos os casos, a SDA/MAPA deverá aumentar o apoio técnico às equipes locais e a supervisão da execução dos planos. Ao mesmo tempo em que se avança no controle e erradicação nos três estados afetados (RR, AP e PA), se farão tentativas para estabelecer acordos de cooperação com a Guiana, Suriname e Guiana Francesa para uma atuação regional conjunta.
- 3.19 A estratégia de intervenção técnica proposta para controlar a *Bactrocera carambolae* e manter nos limites dos três estados afetados consiste em dar continuidade às atividades já realizadas e a introdução de barreiras de controle de trânsito nos aeroportos, portos e principais vias de acesso aos estados do Amapá e Roraima, além das regiões de Belém e Ilha do Marajó, no estado do Pará. Tais medidas proporcionariam como resultado a manutenção dos 24 restantes estados da federação livres da *Bactrocera carambolae*.

b) Subcomponente Programa Nacional de Erradicação e Prevenção da Febre Aftosa (PNEFA)

- 3.20 O PNEFA foi lançado em 1992, com o propósito de erradicar a febre aftosa de todo território nacional e sustentar a condição sanitária conquistada, por meio da adoção de um sistema de vigilância sanitária apoiado em estruturas sólidas do serviço veterinário oficial e do compartilhamento de responsabilidades entre o setor público e privado. Ao longo dos anos, o PNEFA praticamente eliminou a ocorrência da febre aftosa² no rebanho brasileiro. Esse Programa conta, desde o seu início, com o apoio da Organização Pan-Americana da Saúde (OPS), o que o diferencia dos demais programas em execução no MAPA. Os avanços logrados na erradicação e controle da febre aftosa não foram iguais em todo o território nacional e permitem identificar três zonas sanitárias, conforme descrito a seguir: (i) Zona livre de febre aftosa sem vacinação: Santa Catarina é o único estado da federação que possui o status sanitário livre da febre aftosa sem vacinação, reconhecido pela OIE desde 2007; (ii) Zona livre de febre aftosa com vacinação: engloba os 26 restantes unidades da federação com reconhecimento da OIE.
- 3.21 Tendo em vista a meta de todo o país como área livre da febre aftosa sem vacinação, em outubro de 2017, o Mapa lançou o Plano Estratégico do Programa Nacional de Erradicação e Prevenção da Febre Aftosa (PNEFA), por meio da Portaria nº 116. Essa Portaria contempla um conjunto de normas e ações que serão

² A última ocorrência foi em Mato Grosso do Sul em 2005

desenvolvidas nos próximos dez anos para o Brasil torne área livre da doença sem vacinação a partir de 2023. O PNEFA determina critérios técnicos, estratégicos, geográficos e estruturais, que resultaram no agrupamento das Unidades da Federação em cinco blocos³⁴. Esse agrupamento visa facilitar o processo de transição de zonas livres de febre aftosa com vacinação para livre sem vacinação de forma regionalizada, com início em 2019 e conclusão em 2023, quando todo país deverá alcançar a condição de livre de febre aftosa sem vacinação, reconhecida pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE). No entanto, durante a preparação do PRODEFESA, as metas iniciais foram revisadas de forma que somente os estados dos Bloco 1, Bloco 2 e Bloco 3 alcançariam o status de livres da febre aftosa sem vacinação, reconhecidas pelo governo brasileiro.

- 3.22 Para lograr que os estados mantenham a sua posição de livres da febre aftosa com vacinação e amplie o número de estados livres sem vacinação, o subcomponente prevê a realização das seguintes ações: (i) executar ações exigidas na legislação pertinente à Febre Aftosa por parte do Governo Federal e Unidades da Federação; (ii) auditar os serviços veterinários estaduais; (iii) elaborar em conjunto com os estados o plano de ação com vistas a melhorar as condições sanitárias dos respectivos estados e supervisionar a sua execução; (iv) avaliar continuamente os riscos de reintrodução e disseminação da febre aftosa no país e tomar as medidas cabíveis; (v) realizar estudos soropidemiológicos para febre aftosa no país; (vi) implementar ações finais de erradicação da Febre Aftosa (reforço das barreiras sanitárias, etc).

c) Subcomponente Programa Nacional de Controle e Erradicação da Peste Suína Clássica

- 3.23 O Subprojeto tem como propósito manter o reconhecimento internacional pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) de 16 unidades da federação (AC, BA, DF, ES, GO, MG, MS, MT, PR, RJ, RO, RS, SC, SE, SP e TO) como zona livre de PSC e a erradicação da peste suína clássica do rebanho suíno em 7 unidades da federação no Nordeste e Norte do Brasil (AM, AP, CE, MA, PA, PI, RR) nos próximos cinco anos.
- 3.24 O Subcomponente tem como propósito manter os 16 estados livres da PSC e ao mesmo tempo erradicar a PSC em mais 7 unidades da federação do Nordeste e Norte do país. Para isso, seriam preparadas e executadas, para cada unidade da federação, um Plano de Ação para a erradicação da PSC com a participação dos principais *stakeholders*. Entre outros, se prevê desenvolver as seguintes atividades: (i) o cadastro de propriedades com suínos e de pontos de risco das zonas não livres; (ii) a avaliação/auditoria da qualidade dos serviços veterinários estaduais; (iii) a realização dos estudos soropidemiológicos para PSC nas unidades da federação livres e não livres; (iv) auditar os serviços veterinários estaduais nas zonas livres e

⁴⁴ Bloco 1: AC e RO

Bloco 2: AM, PA, RR, AP

Bloco 3: MA, PI, CE, RN, PB, PE e AL

Bloco 4: SP, MG, RJ, ES, BA, SE, GO, TO e DF

Bloco 5: RS, SC, PR, MS e MT

não livre; (v) a execução de outras ações previstas no Programa Nacional de Sanidade Suídea (PNSS) na zona não livre tais como campanhas de comunicação e educação sanitária, capacitação e treinamento de técnicos das instituições participantes e produtores, intensificação do controle de circulação de suínos, fortalecimento do serviço veterinário oficial das unidades da federação e apoio ao estabelecimento ou criação e operacionalização dos fundos indenizatórios.

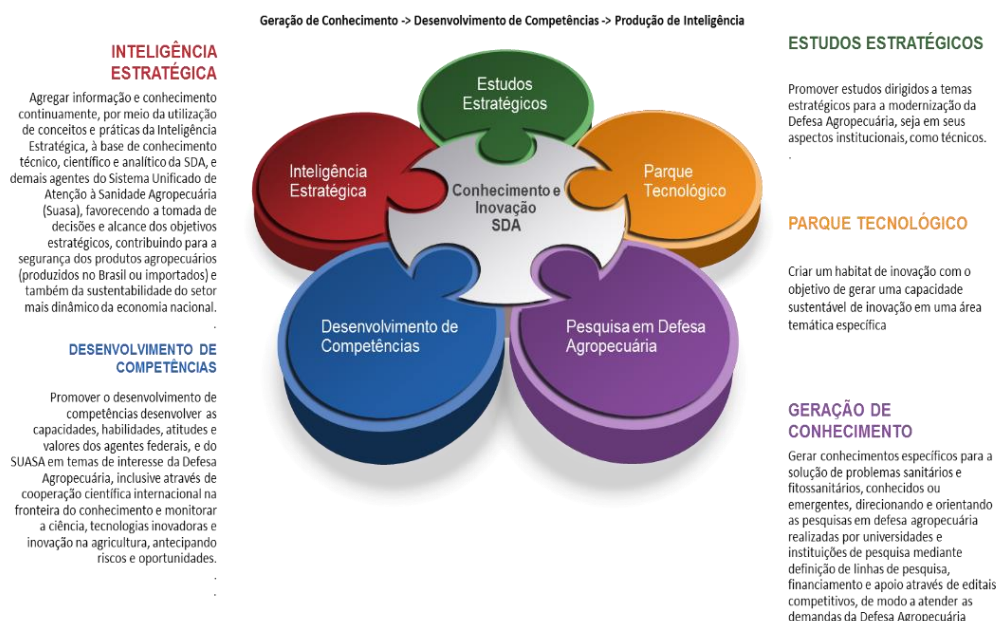
3. COMPONENTE 3: CONHECIMENTO E INOVAÇÃO PARA A DEFESA AGROPECUÁRIA DO FUTURO

- 3.25 Este componente será financiado com recursos de *Cooperação Técnica* destacados do PRODEFESA para o fortalecimento da SDA. Diferentemente dos Componentes 1 e 2, descritos anteriormente, o desembolso dos recursos atribuídos a este componente obedecerão aos Planos Operativos Anuais (POA) acordados com o BID, e as regras de aquisições e de monitoramento e supervisão do BID.
- 3.26 O diagnóstico do setor deixa claro que são grandes os desafios distribuídos em várias frentes a serem atacadas de forma planejada e simultânea. O mais importante deste diagnóstico é resgatar a capacidade de planejar e desenvolver propostas concretas, com visões de curto, médio e longo prazo. Este Componente se concentra em propostas de ações que visam dar o suporte na solução da necessidade de capacitação/aperfeiçoamento e qualificação da sua força de trabalho; na redução de pessoal, falta de sistemas informatizados (TI) e inadequação de equipamentos e tecnologias; na desatualização e inadequação de comandos normativos e restrições orçamentárias e financeiras; e, na falta de meios institucionais para o financiamento de estudos e pesquisas.
- 3.27 O Componente tem como objetivo promover o desenvolvimento de capacidades, conhecimentos e inovações no sistema de defesa agropecuária, voltadas a gerar capacidades para enfrentar os desafios da defesa agropecuária na próxima década (Eixo de Conhecimento e Suporte Estratégico do PDA). As ações estratégicas e de inovação do Componente apoiarão e complementarão as atividades dos Componentes 1 e 2, e incluem o desenvolvimento de assistência técnica, capacitações, conhecimento e inovação no sistema de de sanidade agropecuário. Apoiará ainda a definição de de estratégias para a SDA para enfrentar os futuros efeitos da mudança climática. A Figura 1 a seguir ilustra o processo de aquisição de conhecimento e O Componente inclui os seguintes Subcomponentes: Para alcançar este objetivo prevê-se: (i) promover estudos dirigidos a temas estratégicos, institucionais e técnicos para modernização da Defesa Agropecuária; (ii) promover o desenvolvimento de competências, capacidades, habilidades, atitudes e valores dos agentes federais, e do SUASA em temas de interesse da Defesa Agropecuária; (iii) aperfeiçoar as bases de dados e sistemas da defesa agropecuária, e a capacidade em análises de risco, possibilitando o desenvolvimento de um sistema de inteligência estratégica em Defesa Agropecuária; (iv) direcionar e orientar pesquisas em defesa agropecuária realizadas por universidades e instituições de pesquisa para geração de conhecimentos específicos para a solução de problemas sanitários e fitossanitários, conhecidos ou emergentes; e (v) criar um ambiente de inovação propício ao estímulo sustentável de geração de inovação em Defesa Agropecuária.

Figura 1: Conhecimento e Inovação na Defesa Agropecuária

Conhecimento e Inovação na Defesa Agropecuária

Promover o conhecimento e inovação na Defesa Agropecuária através da promoção de estudos estratégicos; da criação, troca e agregação de conhecimento; do desenvolvimento de competências; e produção de inteligência estratégica..



a) Subcomponente Modernização da Defesa Agropecuária Federal

- 3.28 Os recursos do Subcomponente financiarão estudos dirigidos a temas estratégicos para a modernização da Defesa Agropecuária em seus aspectos institucionais e técnicos. Tendo em vista a amplitude da atuação da Defesa Agropecuária e a possibilidade de haver mudanças de prioridades temáticas, a SDA incluirá, anualmente, no Plano Operativo Anual (POA) os estudos identificados para serem realizados o ano subsequente.
- 3.29 Deverão ser realizados um mínimo de 10 estudos que terão como foco principal tornar a SDA uma organização voltada para resultados e que busca atender as necessidades de seus clientes com eficiência, eficácia e efetividade, tendo como resultado a melhora na prestação de Serviços da Defesa Agropecuária.

b) Desenvolvimento das Competências em Defesa Agropecuária

- 3.30 A implantação do sistema de gestão por competências no MAPA, alinha-se à Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal (PNDP) e às recomendações dos Órgãos de Controle da Administração e tem como propósito subsidiar o desenvolvimento de competências para o alcance dos objetivos estratégicos da Instituição e compreende o desenvolvimento de metodologias, processos (fluxos de atividades) e customização e uso de tecnologias da informação (softwares), comunicação e capacitação.

- 3.31 Para a sua implantação, foram identificados os seguintes passos: (i) o mapeamento de competências essenciais à organização (atuais e futuras); (ii) a elaboração do Manual de Trilha de Aprendizagem; (iii) a implantação do Software de suporte ao Modelo de Trilha de Aprendizagem; e (iv) desenvolvimento de competências críticas dos agentes da defesa agropecuária.
- 3.32 O Manual de Trilha de Aprendizagem da Defesa Agropecuária deverá conter a estrutura e a definição das trilhas de aprendizagem, descrevendo para diferentes grupos os estágios que representam competências distintas de acordo com as exigências e responsabilidades do perfil ocupacional, assim como as experiências requeridas. Para cada estágio estão previstos conhecimentos, habilidades, atitudes e respectivas estratégias de aprendizagem, sendo os conteúdos sugeridos relacionados ao mapeamento de competências, assim como, todo o conjunto deverá estar alinhado com o mapa estratégico da SDA.
- 3.33 No desenvolvimento das competências dos servidores da SDA, será utilizado o conceito de Trilhas de aprendizagem, que são sequências integradas de experiências, estruturadas com a finalidade de proporcionar a aprendizagem das competências necessárias ao desempenho em diferentes atividades e perfis. O modelo de trilhas de aprendizagem está em consonância com as ações realizadas pela Escola Nacional de Gestão Agropecuária – Enagro, Coordenação Geral do MAPA. Diferentes das grades de treinamento, que são um conjunto de cursos obrigatórios a determinado cargo, as trilhas de aprendizagem apresentam características que possibilitam uma **aprendizagem contínua**, mais centrada no servidor e suas necessidades de desenvolvimento, sem perder o foco nas necessidades de desenvolvimento da própria SDA.
- 3.34 A utilização de um software a ser escolhido oportunamente deverá proporcionar suporte necessário ao modelo e permitir a criação e o acompanhamento do desenvolvimento de trilhas por parte das estruturas de gestão da SDA e pelos servidores, de forma eficiente e completa, oferecendo ambientes que permitam a atuação dos vários atores do processo para o alcance dos objetivos estratégicos da SDA.
- 3.35 Estão previstos três níveis de desenvolvimento de competências, com o objetivo de promover a melhoria da capacidade técnica, científica e analítica em temas prioritários ou emergentes junto a instituições de referência técnica internacional em defesa agropecuária, a fim de aprimorar o conhecimento sobre temas estratégicos dos técnicos em defesa, promover a formação de redes de conhecimento. Isso inclui o compartilhamento de experiências com outras instituições de excelência no exterior. Estão previstos três tipos de capacitações a seguir:
- i) Cursos de curta duração: São programas de capacitação desenvolvidos em conjunto com instituições de ensino superior e similares ou instituições de C&T brasileiras ou estrangeiras, com apoio da Enagro e proporcionadas por meio virtual ou presencial. Se prevê a realização de um mínimo de 100 cursos e o programa cobrirá, além dos custos dos cursos, bolsas para

custeio de despesas administrativas associadas, deslocamento e manutenção dos capacitandos;

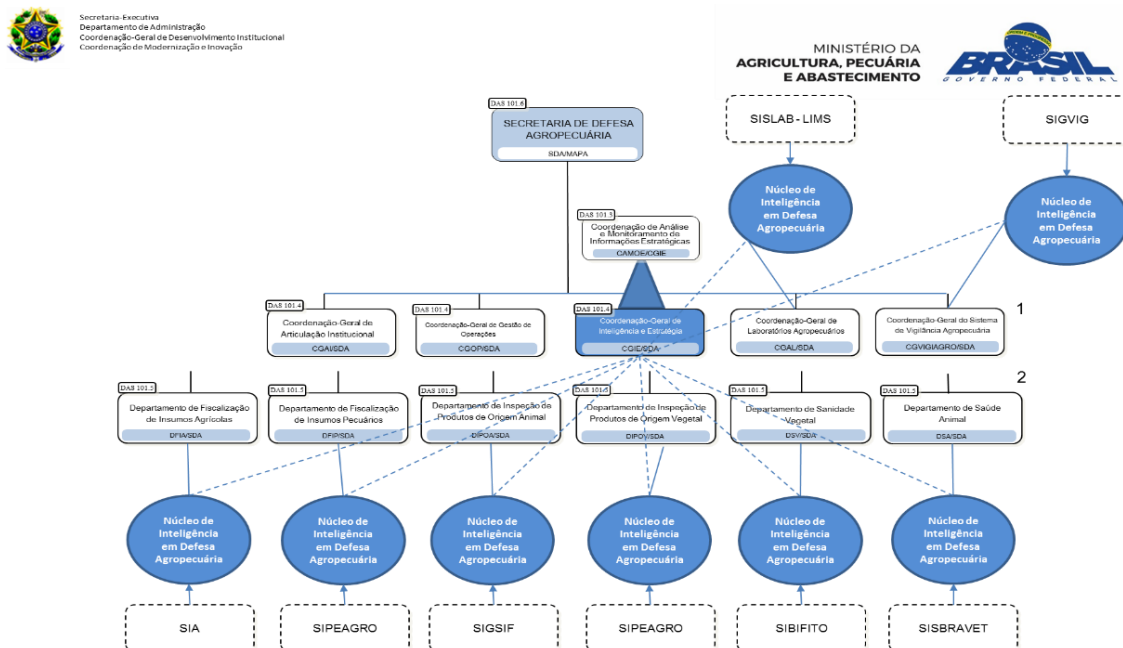
- ii) Cursos de pós-graduação: São programas capacitação a nível de pós-graduação em instituições do Brasil ou do exterior, preferencialmente, mestrado tecnológico ou doutorado, para desenvolvimento de competência em temas críticos e de futuro para a Defesa Agropecuária.
- iii) Programa *Excellentia* – É um programa de intercâmbio de conhecimento para o desenvolvimento de trabalhos específicos junto a universidades, centros de pesquisa ou instituições de referência em áreas afetas à Defesa Agropecuária no Brasil ou no exterior, por até 12 meses. Pode envolver tanto a expatriação de técnicos brasileiros como a vinda de técnicos estrangeiros para o Brasil. Estão previstos intercâmbios com três tipos de finalidade; (i) Instituições Multilaterais onde o interesse é conhecer o processo de regulação e coordenação de grandes estratégias entre países (OIE, *Codex Alimentarius*, CIPV, etc.); (ii) Instituições equivalentes à Secretaria de Defesa Agropecuária em países em que o Brasil tenha interesse comercial elevado (Aphis, FSIF, Senasa, etc.). Neste caso, o intercâmbio com instituições destes países cria um conhecimento de pessoas e processos da instituição irmã, facilitando a negociação comercial a ser realizada pelas equipes de adidos agrícolas e da Secretaria de Relações Internacionais do MAPA (SRI/MAPA); (iii) Instituições equivalentes ou universidades onde o interesse é exclusivamente técnico científico, como por exemplo trabalhar por um ano com colegas de outros países em temas estratégicos para os dois países, como o projeto regional de controle de bicudo do algodoeiro mexicano. Se estima realizar 50 intercâmbios durante a execução e o programa cobrirá os custos cobrados por instituições (se houver), de viagem e um estipêndio.

- 3.36 As áreas estratégicas para esses três níveis de qualificação serão definidas pelo Comitê Científico da SDA e convalidadas pelo Comitê Executivo de Gestão (CEG) da SDA (integrado por todos os Diretores de Departamento da Secretaria).

c) Subcomponente Conhecimento e Inteligência

- 3.37 O Subcomponente tem o propósito de agregar continuamente informação e conhecimento técnico, científico e analítico à SDA e demais agentes do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA), para melhorar a segurança dos produtos agropecuários (produzidos no Brasil ou importados) e também a sustentabilidade do setor mais dinâmico da economia nacional. Para que a SDA avance na construção de uma cultura de produção de inteligência estratégica, será implantada uma estrutura que funcionará como Centro de Integração de Dados e Conhecimento para a Defesa Agropecuária, onde, além da Coordenação-Geral de Inteligência e Estratégia (CGIE/SDA), contará com o apoio de Núcleos de Inteligência em cada uma das unidades da SDA. Este modelo está representado na Figura 2 a seguir.

Figura 2: Estrutura organizacional de Inteligência



3.38 Para lograr o propósito, prevê-se o financiamento das seguintes atividades:

- i) Realização de Estudos para o desenvolvimento do Modelo de Inteligência Estratégica em Defesa Agropecuária (IEDA) incluindo a elaboração da Doutrina de Inteligência da SDA com o seu correspondente Manual Operacional e uniformização da Análise de Risco para a gestão de riscos no âmbito da defesa agropecuária. Contempla ainda a realização de auditoria dos sistemas de TI em uso na SDA.
- ii) Implantação do Sistema de Inteligência em Defesa Agropecuária (IEDA), incluindo a aquisição de software de BI, customização e capacitação de usuários em seu uso; o aperfeiçoamento dos principais sistemas de TI em uso na SDA com o objetivo de integrá-los (*dashboard*); e a adequação da infraestrutura de apoio à implantação do Sistema IEDA (equipamentos, cabeamento, etc.)

d) Subcomponente Pesquisa em Defesa Agropecuária

3.39 O subcomponente tem como propósito gerar conhecimentos específicos para a solução de problemas sanitários e fitossanitários, conhecidos ou emergentes, através do direcionamento e orientação das pesquisas em defesa agropecuária realizadas por universidades e instituições de pesquisa. Esse direcionamento seria realizado mediante definição de linhas de pesquisa e financiamento através de editais/concursos competitivos. Adicionalmente, será estabelecido um programa de bolsas para execução de pesquisas e tratamentos de dados e informações de diversos programas executados ou em execução na SDA.

- 3.40 Se prevê a realização de ao menos 10 projetos de pesquisas estratégicas para o aprimoramento da Defesa Agropecuária com o financiamento do Programa. Esses projetos deverão ter duração de até 36 meses e deverão seguir um roteiro de preparação das propostas e execução definido entre o MAPA e o CNPq. O roteiro deverá conter: natureza dos projetos prioritários, itens financiáveis, condições de utilização dos recursos, incluindo fluxo de utilização, justificativas, objetivos e beneficiários do projeto, descrição das atividades, produtos e resultados esperados, entre outros.
- 3.41 O programa de bolsas admitirá bolsistas nos níveis de graduação, mestrado e doutorado para tratamento de dados de programas estratégicos (executados ou em execução) da SDA. Os produtos dos bolsistas deverão contribuir para o estabelecimento de políticas públicas específicas voltadas à melhoria da qualidade da defesa agropecuária.
- 3.42 O gerenciamento deste subcomponente será realizado pelo Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento (CNPq) que assinará um Convênio de Cooperação Técnica com o MAPA/SDA. O CNPq é o principal financiador de projetos de P&D no Brasil e no passado apoiou o MAPA na gestão desse tipo de projetos.

e) Subcomponente Parque Tecnológico em Defesa Agropecuária.

- 3.43 Este Subcomponente contempla a elaboração de estudos para o estabelecimento de um Parque Tecnológico na fazenda onde está instalado o Laboratório Nacional Agropecuário de Minas Gerais, no município de Pedro Leopoldo (Lanagro - MG) constituindo-se em um habitat de inovação com o objetivo de gerar uma capacidade sustentável de inovação na área de defesa agropecuária. Espera-se sejam instaladas no Parque Tecnológico iniciativas nas áreas tais como: (i) pesquisa e ensino em saúde animal e sanidade vegetal, (ii) cepários de agentes de pragas, (iii) produção de vacinas e antígenos, (iv) centro de diagnóstico, (v) produção de materiais de referência, (vi) estação quarentenária vegetal, (vii) centro de análise de risco, e (viii) incubadoras de empresas.
- 3.44 O Subcomponente financiará a realização de um Plano Diretor (Estratégico) para a constituição do Parque incluindo, entre outros: (i) detecção da oportunidade, abrangendo prospecção de parceiros, legislação, políticas de incentivo a empresas e políticas e normativas de empreendedorismo; (ii) elaboração e implementação de um acordo *pro tempore* de governança entre parceiros para constituição da proposição do Parque Tecnológico; (iii) análise de imóveis para a base física do Parque; (iv) formulação do planejamento conceitual sob forma de declarações impositivas para orientação dos trabalhos; (v) preparação do Plano Diretor Físico do Parque Tecnológico para orientar o zoneamento da área e o planejamento da infraestrutura para curto, médio e longo prazos; (vi) . realização de estudos de viabilidade técnico, econômico-financeiro, institucional, e socioambiental do empreendimento; (vii) preparação do Plano de Negócios considerando os estudos anteriores.
- 3.45 Finalmente, serão definidos os termos da parceria, incluindo o documento de constituição do Parque Tecnológico que seriam assinados entre as partes

interessadas e a definição do termo de adesão para que novos parceiros no futuro.

4. Componente 4: Monitoramento, Avaliação e Aprendizagem

- 3.46 Este Componente tem como objetivo implantar um sistema que permita aos gestores obter informações, de forma periódica e organizada, sobre a situação de execução dos programas/projetos em execução na SDA, inclusive do PRODEFESA. Para lograr este objetivo, prevê-se a implementação de instrumentos para o monitoramento, avaliação e elaboração das lições aprendidas do PRODEFESA e a implementação de instrumentos para a gestão da Secretaria de Defesa Agropecuária.

1. Subcomponente Implementação de Instrumentos para o Monitoramento, Avaliação e Elaboração das Lições Aprendidas do PRODEFESA

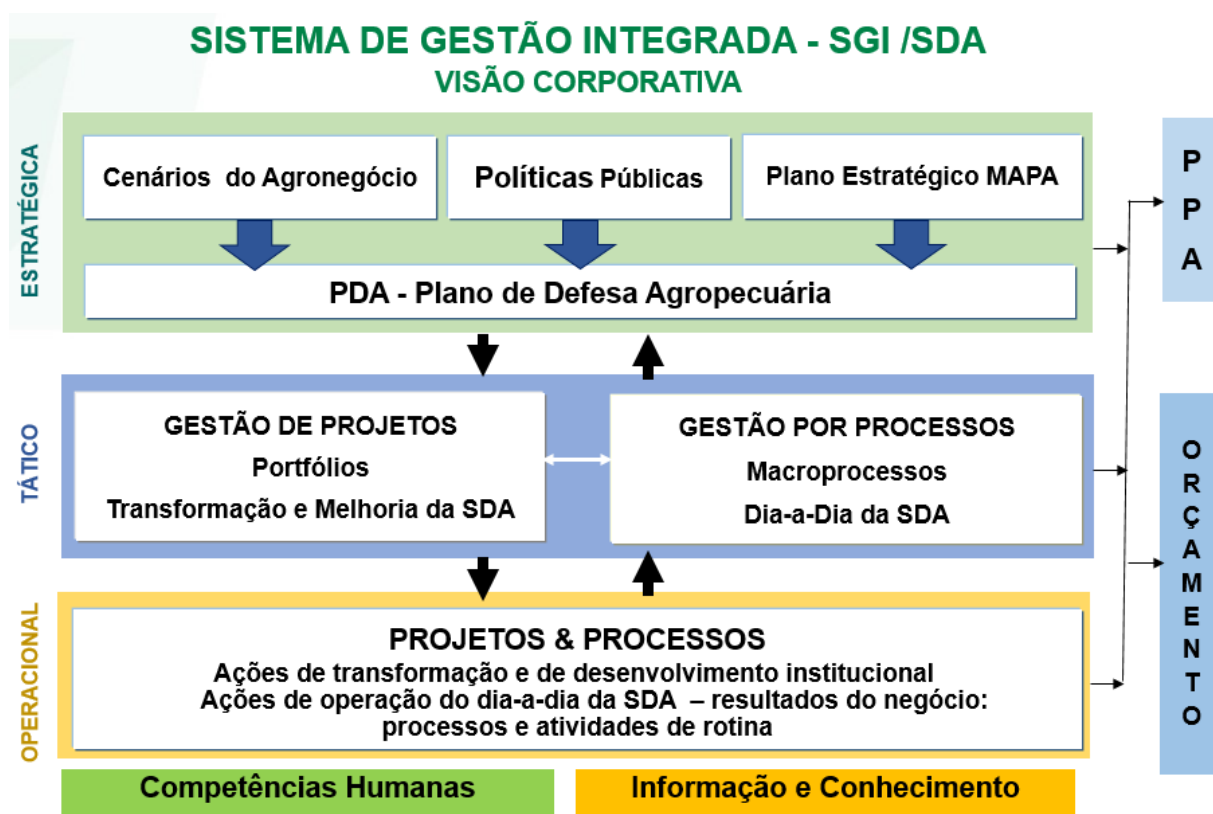
- 3.47 Este subcomponente prevê a construção de um sistema que trabalhe em dois níveis: (a) primeiro nível, de gestão geral do Programa, e, (b) segundo nível, de gestão individualizada dos projetos e demais atividade relacionadas ao Programa. É importante ressaltar que ambos níveis de gestão devem contar com apoio intensivo de ferramentas de tecnologia da informação (TI) para construção e implementação de instrumentos informatizados para os processos de coleta, armazenamento, análise de dados e de geração de relatórios específicos para os diversos níveis decisórios envolvidos na gestão e execução (gerentes, executivos, etc.) do PRODEFESA. O Sistema deverá prever a elaboração de relatórios informativos ou analíticos, diferenciados para cada público (gestores do Programa, autoridades do MAPA e outros ministérios, organismo financiador, dentre outros) e deverá ser desenvolvido considerando a perspectiva de sua aplicabilidade em outros ambientes como o PDA e o PPA.
- 3.48 No primeiro nível (gestão geral do Programa) deverão ser utilizados elementos do método Matriz de Resultados/Marco Lógico, inclusive para os seus programas, projetos e ações mediante a preparação da matriz lógica contendo indicadores, metas, linha base, supostos e meios de verificação.
- 3.49 No segundo nível (gestão dos projetos e atividades) serão utilizados: (i) elementos do método Matriz de Resultados/Marco Lógico para a macrogestão dos projetos, conforme descrito no parágrafo anterior e; (ii) elementos do Método PMI/PMBok, adotada pelo MAPA, para apoiar os gerentes de projetos e suas equipes, na gestão dos prazos e recursos utilizados, entre outros.
- 3.50 A implementação deste subcomponente deverá envolver, dentre outros: (i) o diagnóstico das necessidades de dados e informações dos diversos níveis envolvidos (gerentes, técnicos, executivos do MAPA.) na execução dos programas, projetos e ações do PRODEFESA; (ii) a elaboração e a implementação de um sistema de monitoramento e avaliação (arquitetura macro, principais componentes, dados e informações a serem coletadas e analisadas, tipos de relatórios adequados para os diversos níveis decisórios, etc.); (iii) a definição de estratégias de implantação do Processo de Monitoramento e Avaliação; (iv) a

capacitação de todos os envolvidos no carregamento dos dados e informações e dos possíveis usuários do sistema; (v) a aquisição e instalação de software; e (vi) a avaliação periódica do funcionamento do Sistema de Monitoramento e Avaliação para eventuais ajustes ou aperfeiçoamentos.

2. Subcomponente Implementação de Instrumentos para a Gestão da Secretaria de Defesa Agropecuária

3.51 Este subcomponente deverá ser estruturado de forma a atender às necessidades de gestão da Secretaria de Defesa Agropecuária nos níveis estratégico, tático e operacional, por meio de um sistema que permita o processo de planejamento anual, a gestão e o monitoramento da execução. O nível estratégico deverá estar alinhado às demandas das cadeias produtivas do agronegócio, às políticas públicas emanadas pelo governo federal e ao plano estratégico corporativo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), consubstanciados no Plano de Defesa Agropecuária (PDA). O nível tático deve contemplar basicamente dois elementos centrais: a gestão de programas e projetos e a gestão de processos, os quais irão possibilitar que a SDA continue o seu processo de mudança contínua visando atender demandas emanadas do nível estratégico e melhorias de processos de negócios visando uma maior eficiência e efetividade global de ação.

- a. O nível operacional se constituirá dos processos em execução, com as atividades de rotina que mantém a SDA funcionando. Este nível precisa se apoiar no desenvolvimento das competências humanas e automação (TI) em apoio aos 3 níveis anteriormente apresentados. Ressalta-se que todos esses elementos devem estar em consonância e harmonia com o PPA e o Orçamento Federal. Para lograr o propósito do Subcomponente, será realizado um mapeamento, melhoria e automação dos processos de apoio à gestão e contratação de consultorias de apoio à modelagem e implementação do modelo de gestão da SDA. Além disso, se prevê a aquisição de: (i) softwares de gestão estratégica e de projetos; e (ii) software de gestão por processos; A figura abaixo apresenta uma representação resumida do acima exposto.



3. Custos do Programa

- 3.1 O custo total do projeto está estimado em US\$ 200 milhões sendo que US\$195 milhões serão aportados pelo BID e US\$5 milhões de contrapartida nacional. Cabe ressaltar o aporte do BID de US\$160 milhões serão desembolsados para o Tesouro Nacional, uma vez que o MAPA alcance as metas de desempenho mutuamente acordados. O restante US\$35 milhões será uma Cooperação Técnica Reembolsável, desembolsado ao MAPA conforme o Plano Operativo apresentado ao BID anualmente. Os recursos de contrapartida nacional no valor de US\$5 milhões serão utilizados para financiar a implantação de um sistema de Monitoramento e Avaliação na estrutura da SDA. No Quadro a seguir são indicados os custos por componente e fontes de financiamento.

Custos do Projeto por Componentes e Fontes de Financiamento
(Valores em US\$ milhões)

Componentes	BID	Local	Total
1. Componente 1:	23,00	0,00	23,00
2. Componente 2:	137,00	0,00	137,00
Subtotal 1: “<i>Projetos por Resultado</i>”	160,00	0,00	160,00
3. Componente 3:	35,00	0,00	35,00
4. Componente 4: Monitoramento e Avaliação	0,00	5,00	5,00
Subtotal 2: “<i>Cooperação Técnica</i>”	35,00	5,00	40,00
Total	195,00	5,00	200,00

IV. MATRIZ DE RESULTADOS

- 4.1 A execução do Programa prevê a entrega de 15 Resultados (incluindo componentes 3 e 4) mediante a realização de 24 Produtos. Entre os 14 Resultados previstos para serem alcançados ao longo dos 5 (cinco) anos de execução, selecionou-se um grupo de 7 resultados para serem vinculados a desembolsos. A Matriz de Resultados completa está no Anexo I. A seguir se indicam estes indicadores:
- a. Desempenho temporal dos laboratórios Lanagro medido pelo percentual de ensaios realizados dentro do tempo adequado desde a recepção da amostra até o envio de resultados aos usuários. Se considera como tempo adequado a entrega dos resultados de análise laboratorial em menos de 15 dias, contados a partir da recepção da amostra pelo laboratório. Para lograr este resultado, se desenvolverá: Melhorias no LIMS (*Laboratory Information Management System*), adequação de infraestrutura de tecnologia de informação (TI), automatização de processos de laboratório, modelação e automatização de processos chaves e adequação do quadro de pessoal.
 - b. Redução de tempo médio de liberação de cargas em portos para exportação e importação de produtos agropecuários. Para lograr este resultado prevê-se: realizar a adequação da legislação aplicável aos controles do trânsito e do comércio internacional de mercadorias, bens e materiais de interesse agropecuário, desenvolver e implantar sistemas informatizados e de automação de processos, aplicar procedimentos gestão de risco para o aperfeiçoamento dos controles oficiais incidentes sobre as operações regulares do comércio internacional produtos de interesse agropecuário e capacitar o corpo técnico do Vigiagro
 - c. Redução do tempo médio de atendimento do processo de exportação de bebidas. Para lograr este resultado prevê-se realizar: mapeamento de processos, automação de processos, mudanças normativas, capacitação do pessoal envolvido e manutenção evolutiva do sistema implantado.
 - d. Redução no tempo médio de elaboração e publicação de instruções normativas. Para lograr este resultado prevê-se a realização de: estabelecimento de instâncias e procedimentos para elaboração, revisão, consolidação, implementação e revogação de atos normativos da SDA; fortalecimento da coordenação do Comitê Permanente de Análise e Revisão de Atos Normativos (CPAR); implementação do Manual de Boas Práticas Regulatórias da SDA; desenvolvimento do Sistema de Monitoramento de Atos Normativos (SISMAN); e construção a Agenda Regulatória da SDA.

- e. Estados mantidos sem a ocorrência da mosca da carambola (*Bactrocera carambolae*). A mosca está presente nos estados do Pará, Amapá e Roraima e sem ocorrência nos demais estados. Para alcançar o resultado esperado prevê-se em dar continuidade às atividades já realizadas⁵ e a introdução de barreiras de controle de trânsito nos aeroportos, portos e principais vias de acesso aos estados do Amapá e Roraima, além das regiões de Belém e Ilha do Marajó, no estado do Pará.
- f. Estados reconhecidos como livres da febre aftosa com e sem vacinação. Para lograr este resultado espera-se: executar ações exigidas na legislação pertinente à Febre Aftosa por parte do Governo Federal e Unidades da Federação; auditar os serviços veterinários estaduais; elaborar em conjunto com os estados o plano de ação com vistas a melhorar as condições sanitárias dos respectivos estados e supervisionar a sua execução; avaliar continuamente os riscos de reintrodução e disseminação da febre aftosa no país e tomar as medidas cabíveis e realizar estudos soroepidemiológicos para febre aftosa no país.
- g. Estados reconhecidos como livres da Peste Suína Clássica⁶. Para manter os estados livres da ocorrência da PSC e aumentar em 7 o número de estados livres da PSC está previsto: o cadastro de propriedades com suínos e de pontos de risco das zonas não livres; a avaliação/auditoria da qualidade dos serviços veterinários estaduais; a realização dos estudos soroepidemiológicos para PSC nas unidades da federação livres e não livres; (iv) auditar os serviços veterinários estaduais nas zonas livres e não livre; a execução de outras ações previstas no Programa Nacional de Sanidade Suídea (PNSS) na zona não livre tais como campanhas de comunicação e educação sanitária, capacitação e treinamento de técnicos das instituições participantes e produtores, intensificação do controle de circulação de suínos, fortalecimento do serviço veterinário oficial das unidades da federação e apoio ao estabelecimento ou criação e operacionalização dos fundos indenizatórios

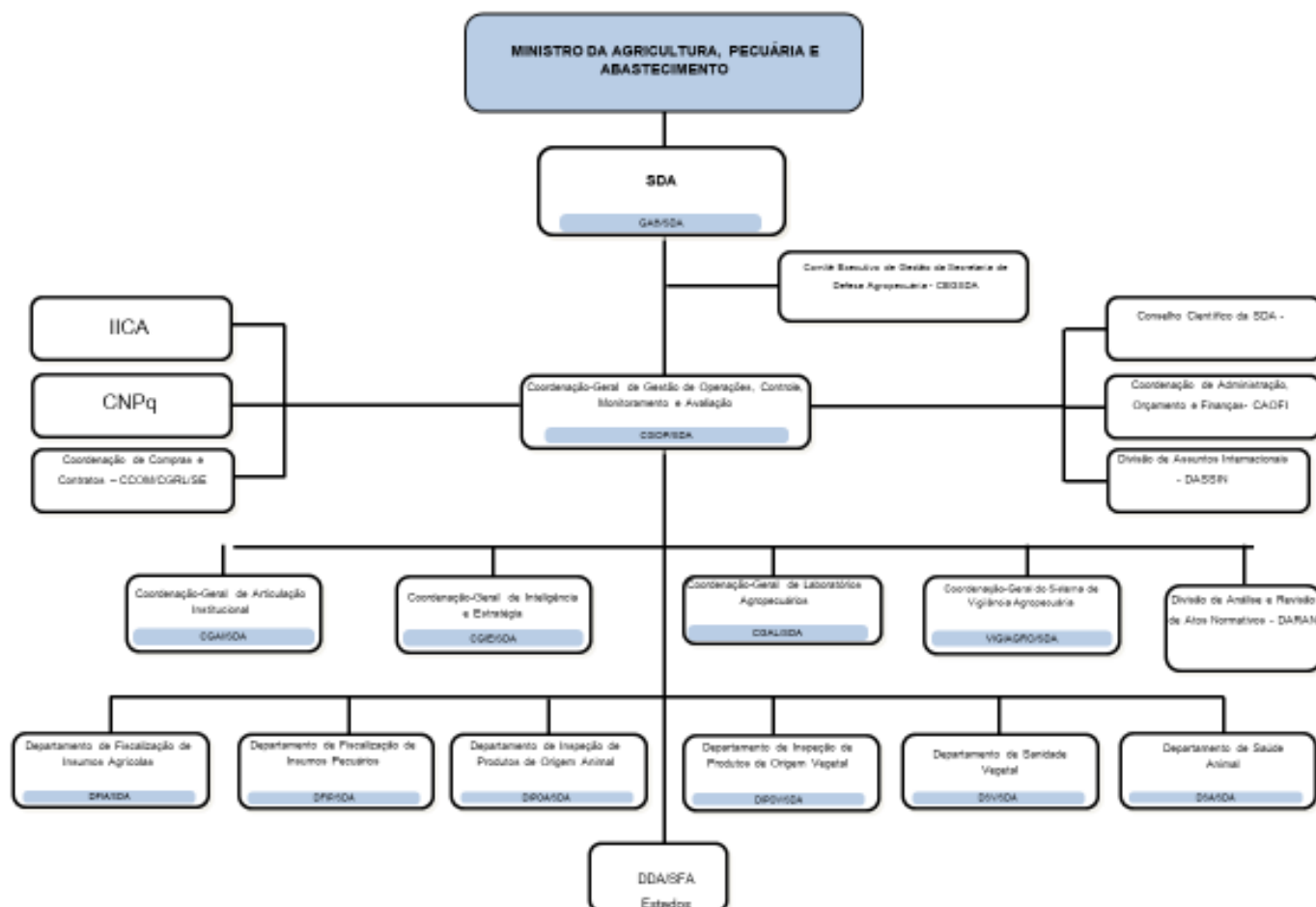
⁵ Obtenção de dados sobre a flutuação e densidade populacional da *Bactrocera carambolae* e as ações de controle da mosca tais como pulverização de plantas, aplicação da Técnica de Aniquilação de Machos (TAM), coleta de frutos e campanhas de educação sanitária, entre outros.

⁶ Atualmente, 16 estados estão livres da Peste Suína Clássica.

V. EXECUÇÃO DO PROGRAMA

- 5.1 O Mutuário do PRODEFESA é a República Federativa do Brasil e o Organismo Executor, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), que atuará através da sua Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA).
- A. Esquema Geral de Execução**
- 5.2 O Programa será executado pela Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA), do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), através da sua estrutura organizacional que terá o apoio de uma Unidade de Coordenação do Programa (UCP) a ser criado no âmbito da Coordenação-Geral de Gestão de Operações (CGOP/SDA). A UCP será integrada por uma equipe básica composta por um Coordenador Geral, um Gerente Executivo e pessoal de apoio técnico e administrativo para realizar as atividades de coordenação da execução do Programa. A UCP será criada mediante Portaria Ministerial.
- 5.3 A UCP, terá o apoio do IICA para as aquisições do componente 3 do Programa, exceto as relacionadas com a área da Tecnologia da Informação, que serão realizadas pela Divisão de Compras do MAPA, e do Subcomponente 3.4 que será executado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), órgão para incentivo à pesquisa no Brasil ligado ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações (MCTIC), mediante a celebração de acordo de cooperação técnica. Ambas as instituições deverão submeter-se aos requisitos de aquisições, desembolsos, prestação de contas, supervisão, auditoria e práticas proibidas do Banco.
- 5.4 A Figura 3 a seguir mostra o organograma da estrutura de execução do PRODEFESA.

Figura 3 Organograma de execução do PRODEFESA.



2

1. Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA)

- 5.5 A Secretaria de Defesa Agropecuária atuará como Organismo Executor do PRODEFESA e se responsabilizará pelo bom andamento na sua execução.

2. Comitê Executivo de Gestão da Secretaria de Defesa Agropecuária (CEG/SDA)

- 5.6 O Comitê Executivo de Gestão da Secretaria de Defesa Agropecuária (CEG/SDA) está integrado por todos os diretores dos departamentos e coordenadores das coordenações gerais da Secretaria de Defesa Agropecuária. O CEG desempenhará como órgão superior e de consulta na execução do Programa e deverá proporcionar as orientações táticas e operativas, facilitar a articulação da UCP com as diversas Unidades do MAPA e de outras instâncias governamentais, homologar o Plano Operativo Anual (POA), monitorar o andamento da sua execução e o atendimento das das condições contratuais,

inclusive das metas acordadas com o Organismo Financiador, propor medidas para o aprimoramento do Programa e submeter eventuais temas de natureza estratégica para consulta às instâncias superiores do MAPA, aprovar os regulamentos dos programas *Excellentia* e de bolsas de pós-graduação e do Subcomponente de Pesquisa e Desenvolvimento, dentre outros.

3. Unidade Coordenadora do PRODEFESA (UCP/SDA)

- 5.7 A será a responsável pela execução do PRODEFESA. A CGOP terá uma Unidade Coordenadora do Programa (UCP), formalizada mediante uma Portaria do Secretário de Defesa Agropecuária.
- 5.8 A Unidade Coordenadora do PRODEFESA (UCP/SDA) fará parte da estrutura da Coordenação Geral de Gestão de Operações da SDA (CGOP/SDA) e contará com um Coordenador, um Gerente Executivo e pessoal de apoio técnico e administrativo para realizar as atividades. O Coordenador da UCP/SDA será o titular da CGOP/SDA e o Gerente Executivo, o Chefe do Serviço de Desenvolvimento de Projetos Especiais (SEDEP/CGOP) dessa Coordenação.
- 5.9 A UCP/SDA terá, dentre outras, as seguintes responsabilidades: (i) coordenar a execução do PROGRAMA; (ii) realizar a articulação entre as diversas Unidades do MAPA envolvidas na execução do PRODEFESA, incluindo as Superintendências Federais (SFA/[UH]); (iii) propor ao Comitê Executivo de Gestão da Secretaria de Defesa Agropecuária (CEG/SDA), quando for o caso, medidas corretivas ou de aprimoramento da execução do Programa com vistas a melhorar o desempenho na execução e o cumprimento da sua metas; (iv) orientar as diversas Unidades do MAPA envolvidas na execução, sobre as normas e procedimentos operacionais, administrativos e financeiros do Programa; (v) elaborar os relatórios consolidados de monitoramento e avaliação do Programa, conforme acordado com o Organismo Financiador, mediante apoio dos Coordenadores dos diversos Subcomponentes do PRODEFESA; (vi) acompanhar o cumprimento das cláusulas contratuais do PRODEFESA negociadas com o Organismo Financiador e informar o CEG/SDA; (vii) coordenar a preparação e apresentar às instâncias competentes do MAPA e ao Organismo Financiador, os relatórios periódicos de avanço de execução do Programa, assim como de avaliações inicial, intermediária e final; (viii) buscar o apoio das Unidades competentes do MAPA e de outras instâncias governamentais para realizar as suas tarefas; (ix) coordenar a preparação dos Orçamentos Anuais para a execução do Programa e solicitar a sua inclusão no Orçamento Nacional; (x) ser o único interlocutor do MAPA com o organismo financiador em matérias relacionadas com o PRODEFESA.
- 5.10 Além das atividades mencionadas no parágrafo anterior, a UCP/SDA realizará outras atividades relacionadas à execução do Suprogramas 3 (Conhecimento e Inovação para a Defesa Agropecuária) e do Subprograma 4 (Monitoramento e Avaliações) incluindo, entre outros: (i) manter atualizado o Plano de Aquisições (PA) e informar ao Banco todas as alterações realizadas, para a sua publicação; (ii) antes das licitações, certificar-se de que a aquisição em questão constam do último PA publicado pelo Banco; (iii) coordenar a preparação dos regulamentos dos programas *Excellentia* e de bolsas de pós-graduação, assim como do Subcomponente de Pesquisa e Desenvolvimento e submeter a consideração do CEG/SDA; (iv) assegurar que o IICA e o CNPq apliquem os referidos regulamentos; (v) receber os Termos de Referência das aquisições das Unidades responsáveis e certificar de que atendem os critérios do BID (e enviar ao

Banco para a sua não objeção, se for o caso); (vii) enviar ao IICA, CNPq ou da Unidade de Compras e Contratos do Gabinete do MAPA para que realizem as aquisições/contratações de conformidade com as normativas do Organismo Financiador; e (viii) comunicar ao Banco os resultados das licitações.

4. Outras Unidades da SDAe do MAPA diretamente envolvidas na execução do PRODEFESA.

- 5.11 Os componentes que fazem parte do financiamento “*Projeto por Resultado*” serão executados com recursos nacionais por meio da estrutura técnico-institucional do MAPA incluindo as Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SFA/[UH]). Ademais, para a execução do Componente 2 - Controle e Erradicação de Pragas de Plantas e Doenças Animais, a SDA deverá assinar Convênios com as Unidades da Federação (UF) para que as suas agências estaduais de defesa agropecuária/secretarias estaduais de agricultura apoiem na sua execução.
- 5.12 No caso dos Componente 3 (Conhecimento e Inovação para a Defesa Agropecuária) e do Componente 4 (Monitoramento e Avaliações), receberão o apoio do IICA na área de aquisições; do CNPq para a seleção das propostas de P&D; e dos Serviços de Compras e Contratos da SE/MAPA. A seguir estão indicados os principais participantes da SDA e do MAPA na execução do Programa.

Participação das unidades do MAPA na execução do PRODEFESA

Instâncias da SDA e do MAPA	Principais Responsabilidade no PRODEFESA
Coordenação Geral de Gestão de Operações (CGOP/SDA)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Na condição de Unidade Coordenadora do Programa (UCP), realizar a coordenação geral da execução do Programa e realizar as atividades previstas nos parágrafos 5.8 e 5.10. 2. Na condição de executor do Componente 4 Monitoramento e Avaliação, realizar todas as atividades relacionadas com a contratação e supervisão de contratos, elaboração de relatórios de monitoramento e avaliação, etc.
Gabinete (GAB/SDA)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Gerenciar a execução do Subcomponente C3.1 Apoio à Modernização Institucional da Defesa Agropecuária. 2. Preparar os Termos de Referência e encaminhar à UCP para realizar o processo de aquisições/contratações do Subcomponente. 3. Participar do processo de contratações/aquisições (comitê de seleção, etc) relacionadas com atividades de sua competência. 4. Realizar a supervisão na execução dos pertinentes contratos. 5. Elaborar os relatórios periódicos de monitoramento e avaliação conforme especificações do Programa e enviar à UCP.
Divisão de Assuntos Internacionais ((DINTER/SDA)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Apoiar a execução do subcomponente C3.2 Desenvolvimento das Competências em Defesa Agropecuária a cargo da CGIE facilitando o intercâmbio de pessoas/informações com organizações internacionais e instituições pares na área da defesa agropecuária 2. Coordenar a elaboração e a implementação dos convênios de cooperação internacional de interesse da CGAI. 3. Apoiar na supervisão da execução dos intercâmbios e na elaboração dos relatórios periódicos de monitoramento e avaliação.
Instâncias da SDA e do	Principais Responsabilidade no PRODEFESA

MAPA	
Divisão de Análise e Revisão de Atos Normativos (DARAN/SDA).	<ol style="list-style-type: none"> 1. Gerenciar a execução do Subcomponente C1.4 Implantação de Boas Práticas Regulatórias. 2. Coordenar as atividades do Comitê Permanente de Análise e Revisão de Atos Normativos (CPAR/SDA). 3. Elaborar a Agenda regulatória. 4. Contribuir com insumos/feedback para a manutenção evolutiva do Sistema de Monitoramento de Atos Normativos (SISMAN). 5. Elaborar os relatórios periódicos de monitoramento e avaliação conforme especificações do Programa e enviar à UCP.
Coordenação de Administração, Orçamento e Finanças (CAOF/SDA).	<ol style="list-style-type: none"> 1. Coordenar a preparação do orçamento do PRODEFESA para incluir no Orçamento Nacional; 2. Realizar a interlocução com as autoridades do Ministério do Planejamento e da Fazenda para a aprovação do orçamento; 3. Acompanhar a execução financeira e orçamentária; 4. Manter em dia a contabilidade dos gastos e disponibilidades do Programa; 5. Prestar contas dos gastos realizados conforme as normas nacionais vigentes e para atender as justificativas dos gastos realizados no marco do Contrato assinado com o BID. 6. Apoiar na preparação dos convênios entre a SDA com as Unidades da Federação para a execução dos subcomponentes C2.1 (<i>Bactrocera carambolae</i>); C2.2 (Febre Aftosa) e C2.3 (Peste Suína Clássica), e outros que necessitem da participação das Unidades da Federação na sua execução. Supervisar a execução financeira desses Convênios. 7. Supervisar a execução financeira dos convênios com os estados; 8. Apoiar na preparação das solicitações de desembolso dos recursos do Banco. 9. Elaborar os relatórios periódicos de monitoramento e avaliação conforme especificações do Programa e enviar à UCP.
Coordenação Geral do Sistema de Vigilância Agropecuária (CGVigiagro/SDA).	<ol style="list-style-type: none"> 1. Gerenciar a execução do Subcomponente C1.2 Melhoria da Eficiência da Prestação de Serviços em Portos e Aeroportos. 2. Preparar os Termos de Referência para as aquisições e contratações do Subcomponente. 3. Encaminhar, se for o caso, os Termos de Referência à UCP para as devidas providências. 4. Realizar a supervisão na execução dos pertinentes contratos. 5. Elaborar os relatórios periódicos de monitoramento e avaliação conforme especificações do Programa e enviar à UCP
Coordenação Geral de Laboratórios Agropecuários (CGAL/SDA)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Gerenciar a execução do Subcomponente C1.1 Melhoria da Eficiência dos Laboratórios Nacionais Agropecuários (Lanagro). 2. Preparar os Termos de Referência e realizar, se for o caso, as aquisições e contratações do Subcomponente. 3. Encaminhar, se for o caso, os Termos de Referência à UCP para as devidas providências. 4. Realizar a supervisão na execução dos pertinentes contratos. 5. Elaborar os relatórios periódicos de monitoramento e avaliação conforme especificações do Programa e enviar à UCP
Instâncias da SDA e do	Principais Responsabilidade no PRODEFESA

MAPA	
Coordenação Geral de Inteligência e Estratégia (CGIE/SDA).	<ol style="list-style-type: none"> 1. Gerenciar a execução dos Subcomponentes: (i) C3.2 Desenvolvimento das Competências em Defesa Agropecuária que contará com apoio da Coordenação Geral de Desenvolvimento de Pessoas (CGDP/SE) da Secretaria Executiva do MAPA e da Divisão de Assuntos Internacionais (DINTER) da SDA; (ii) C3.3 Conhecimento e Inteligência como Base da Defesa Agropecuária; (iii) C3.4 Apoio à Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) em Defesa Agropecuária; e (iv) C3.5 Parque Tecnológico em Defesa Agropecuária 2. Preparar os Termos de Referência e encaminhar à UCP para realizar o processo de aquisições/contratações do Subcomponente. 3. Participar do processo de contratações/aquisições (comitê de seleção, etc) relacionadas com atividades de sua competência. 4. Realizar a supervisão na execução dos pertinentes contratos. 5. Elaborar os relatórios periódicos de monitoramento e avaliação conforme especificações do Programa e enviar à UCP.
Coordenação Geral de Articulação Institucional (CGAI/SDA)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Apoiar todas as Unidades da SDA envolvidas na execução do PRODEFESA em matéria de Tecnologia de Informação (TI). 2. Preparar, em conjunto com as Unidades responsáveis pelo projeto, os Termos de Referência para a compra de Softwares, contratações de serviços e consultorias relacionados com TI e submeter à UCP para as devidas providências. 3. Realizar a supervisão na execução dos respectivos contratos. 4. Contribuir na preparação dos relatórios periódicos durante a execução dos contratos da sua área de competência, conforme especificações do Programa.
Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal (DPOA/SDA).	<ol style="list-style-type: none"> 1. Participar da execução do subcomponente C1.3 Melhoria da Eficiência dos Serviços da Defesa Agropecuária – Serviço de Inspeção, Registros e Autorizações (produtos de origem animal) 2. Preparar os Termos de Referência, realizar com o apoio da UCP ou dos Serviços de Compra e Contratos da SE as aquisições/contratações pertinentes. 3. Realizar a supervisão na execução dos contratos relativos ao Subcomponente. 4. Elaborar os relatórios periódicos de monitoramento e avaliação conforme especificações do Programa e enviar à UCP.
Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal (DPOV/SDA)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Participar da execução do subcomponente C1.3 Melhoria da Eficiência dos Serviços da Defesa Agropecuária – Serviço de Inspeção, Registros e Autorizações (exportação de bebidas) 2. Preparar os Termos de Referência, realizar com o apoio da UCP ou dos Serviços de Compra e Contratos da SE as aquisições/contratações pertinentes. 3. Realizar a supervisão na execução dos contratos relativos ao Subcomponente. 4. Elaborar os relatórios periódicos de monitoramento e avaliação conforme especificações do Programa e enviar à UCP.
Instâncias da SDA e do	Principais Responsabilidade no PRODEFESA

MAPA	
Departamento de Sanidade Vegetal (DSV/SDA).	<ol style="list-style-type: none"> 1. Gerenciar a execução do Subcomponente C2.1 Controle e Erradicação da Mosca da Carambola (<i>Bactrocera carambolae</i>) em coordenação com os estados do Amapá, Roraima e Pará. 2. Apoiar na preparação dos aspectos técnicos do Convênios de execução do Subcomponente que serão assinados com os Estados. 3. Supervisar a execução do Convênio com os Estados. 4. Preparar os Termos de Referência, realizar com o apoio da UCP ou dos Serviços de Compra e Contratos da SE as aquisições/contratações pertinentes. 5. Realizar a supervisão na execução dos contratos relativos ao Subcomponente. 6. Elaborar os relatórios periódicos de monitoramento e avaliação conforme especificações do Programa e enviar à UCP.
Departamento de Sanidade Animal (DSA/SDA)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Gerenciar a execução do Subcomponente: (i) C1.3 Melhoria da Eficiência dos Serviços da Defesa Agropecuária – Serviço de Inspeção, Registros e Autorizações (importação de material genético animal e animais vivos); (ii) C2.2 Plano Nacional de Erradicação da Febre Aftosa, e (iii) C2.3 Programa de Ampliação da Zona Livre da Peste Suína Clássica com o apoio das Unidades da Federação envolvidas mediante convênios específicos. 2. Apoiar na preparação dos aspectos técnicos do Convênios de execução que serão assinados com os Estados. 3. Supervisar a execução do Convênio com os Estados. 4. Preparar os Termos de Referência, realizar com o apoio da UCP ou dos Serviços de Compra e Contratos da SE as aquisições/contratações pertinentes. 5. Realizar a supervisão na execução dos contratos relativos ao Subcomponente. 6. Elaborar os relatórios periódicos de monitoramento e avaliação conforme especificações do Programa e enviar à UCP. 7. Apoiar a execução do Subcomponente C1.3 Melhoria da Eficiência dos Serviços da Defesa Agropecuária – Serviço de Inspeção, Registros e Autorizações.
Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SFA/UH)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Apoiar a DSV/SDA e a DSA/SDA na supervisão dos Convênios de execução assinados pela SDA/MAPA com as Unidades da Federação envolvidas na execução dos subcomponentes C2.2 Plano Nacional de Erradicação da Febre Aftosa, e C2.3 Programa de Ampliação da Zona Livre da Peste Suína Clássica e C2.1 Controle e Erradicação da Mosca da Carambola (<i>Bactrocera carambolae</i>). 2. Realizar outras atividades requisitadas pelas Unidades Técnicas da SDA

5. Outras instituições envolvidas na execução do PRODEFESA.

- 5.13 Além das Unidades do MAPA, participarão da execução do PRODEFESA as seguintes instituições.

Instituições	Principais Responsabilidades no PRODEFESA
CNPq	Apoiar a CGEI/SDA na execução do Subcomponente C3.4 Apoio à Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) em Defesa Agropecuária mediante seleção e contratação de projetos de P&D e contratação de bolsistas seguindo o Regulamento Operacional elaborado para esta finalidade; realizar o pagamento correspondente aos contratos; prestar conta dos gastos realizados segundo modelo acordado com a UCP e o BID; e realizar a supervisão da execução dos contratos.
IICA	Apoiar a UCP no gerenciamento do PRODEFESA realizando, entre outras, as seguintes atividades: (i) realizar as aquisições e contratações de acordo com as normas do Banco e conforme os Termos de Referência enviados pela UCP; (ii) realizar o pagamento correspondente aos contratos; (iii) prestar conta dos gastos realizados segundo modelo acordado com a UCP e o BID; (iv) realizar a supervisão dos contratos

6. Critérios de Elegibilidade do Subcomponente de Apoio à Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) em Defesa Agropecuária do Componente 3

a) Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D).

- 5.14 Os principais critérios de elegibilidade dos projetos de P&D são: (i) projeto deve ter como linha temática a Defesa Agropecuária; (ii) tema priorizado pelo Comitê Científico da Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA); (iii) licitação mediante edital publicado pelo CNPq com base nos Termos de Referência preparado pela SDA; (iv) proponente apresenta proposta obedecendo o edital incluindo experiência da entidade e do seu corpo técnico, justificativas/marco referencial, objetivos e beneficiários do projeto, descrição das atividades, produtos e resultados esperados, custos por atividades e cronograma de utilização de recursos, entre outros; (v) prazo de execução de até 36 meses; (vi) análise da proposta pelo CNPq. Poderão participar do concurso empresas, universidades e instituições de pesquisa nacional ou de qualquer país membro do BID, individualmente ou em consórcio.

b) Programa de bolsas

- 5.15 As áreas prioritárias para receberem bolsistas serão definidos pelo Comitê Científico da Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA). (i) definição das qualificações e nível de estudo requerido do bolsista (graduação, mestrado ou doutorado); (ii) publicação do edital pelo CNPq; (iii) seleção do bolsista tomando em conta o CV e uma entrevista com o coordenador do projeto da SDA. Poderão candidatar-se ao programa de bolsas profissionais que atendam as qualificações do edital. Será requerido fluência na língua portuguesa (escrita e falada).

VI. AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÕES

A. Introdução

- 6.1 As aquisições e contratações dos Componentes 1 e 2 (*Projeto por Resultados*) serão realizadas de acordo com a legislação nacional. Para prevenir práticas proibidas, o Organismo Executor verificará que os fornecedores desses componentes não estão na lista de empresas e indivíduos sancionados pelo BID. Os fornecedores assinarão a declaração de integridade incluída em anexo deste ROP.
- 6.2 Os recursos do componente 3, provenientes de empréstimo de Cooperação Técnica do Banco, somente podem ser utilizados para a aquisição de bens, e a contratação de obras, serviços e de consultorias de empresas ou indivíduos de países membros do Banco.. Serão inelegíveis para participar em contratos a serem financiados no todo ou em parte com empréstimos do Banco: (i) indivíduos ou empresas de outros países; e (ii) indivíduos ou empresas incluídas no *Cadastro de Inelegíveis do BID*.
- 6.3 Todas as aquisições e contratações a ser realizadas no âmbito do Componente 3 do Programa devem estar previstos no Plano Operativo Anual (POA) e no Plano de Aquisições (PA) previamente aprovados pelo Banco. Caso não estiverem incluídos no POA e no PA, poderão incluí-los solicitando a não objeção do Banco.
- 6.4 A seleção e contratação da consultoria para verificar os resultados dos Componentes 1 e 2 (*Projetos por Resultados*), que será realizada com fundos do Componente 3, seguirá as políticas e procedimentos de aquisição do BID. A verificação dos resultados estará sujeita à satisfação do Banco, de acordo com a Política de Empréstimos com Base em Resultados (PBR) (GN-2869-1).

i. Aquisição de Bens e Contratação de Obras do Componente 3

- 6.5 Todas as obras e aquisições de bens e serviços (exceto os de consultoria) serão feitas de acordo com os procedimentos estabelecidos no documento **GN-2349-9** - Políticas para Aquisição de Bens e Contratação de Obras Financiadas pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, de março de 2011. O documento está disponível no site: <http://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getdocument.aspx?docnum=780806>

ii. Seleção e Contratação de Consultores do Componente 3

- 6.6 Os serviços de consultoria a que se aplicam as presentes Políticas são os de natureza intelectual e de assessoramento. A contratação de consultorias serão realizadas de acordo com os procedimentos estabelecidos no documento **GN-2350-9** - Políticas para Seleção e Contratação de Consultores Financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, de março de 2011. O documento está disponível no site: <http://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getdocument.aspx?docnum=780811>

iii. Processos de Seleção por Categoria de Gastos

- 6.7 O Quadro a seguir resume os procedimentos, valores limites e instruções para os processos de aquisição de obras, bens e serviços e consultorias do Componente 3.

Categoria de Gasto	Método de Contratação	Valor (USD)	Publicidade	Documento a ser utilizado
OBRAS	LPI	Acima de 25,0 Milhões	UNDP, Jornal de Circulação Nacional	Edital Padrão BID
	LPN	De 0,5 a 25,0 Milhões	Jornal de Circulação Nacional	Documento de Licitação Nacional acordado com o BID
	CP - 3 propostas válidas e comparáveis	Até 0,5 Milhões ou até USD 25 milhões para obras simples	Não é obrigatório a publicação	Documento modelo do BID
Bens e Serviços	LPI	Acima de 5,0 milhões	UNDP, Jornal de Circulação Nacional	Edital Padrão BID
	LPN	De 100 mil a 5,0 milhões	Jornal de Circulação Nacional	Documento de Licitação Nacional acordado com o BID
	CP - 3 propostas válidas e comparáveis, Ou pregão eletrônico	Até 100 mil ou até US 5 milhões para bens simples		Documento modelo do BID
Consultoria	SBQC ⁷ , SBQ, SOF, SBMC	Acima de 1,0 milhão	UNDP, Jornal de Circulação Nacional	
	SBQC, SBQ, SOF, SBMC	De 200 a 1,0 milhão	UNDP, Jornal de Circulação Nacional	
	SQC	Até 200 mil	Jornal de Circulação Nacional	

⁷Seleção Baseada em Custo e Qualidade (SBCQ), Seleção Baseada na Qualidade (SBQ), Seleção Baseada em Orçamento Fixo (SOF), Seleção Baseada no Menor Custo (SBMC), Seleção Baseada nas Qualificações do Consultor (SQC) e Contratação Direta (CD).

- 6.8 **Financiamento retroativo.** O Banco poderá financiar retroativamente, com cargo aos recursos do empréstimo, despesas elegíveis feitas pelo Mutuário até 18 meses antes da data de aprovação do empréstimo pelo Diretório Executivo do Banco e posterior à data de aprovação do Perfil do Projeto, 6 de junho de 2018, para a compra de equipamentos, contratação de serviços, consultorias e estudos diretamente relacionadas com a execução do Componente 3 até o limite de US\$ 7 milhões, 20% do valor previsto, desde que sejam cumpridos requisitos substancialmente semelhantes aos estabelecidos no contrato de empréstimo. O Banco também poderá reconhecer despesas do componente 4 realizadas com aporte local até US\$500,000, realizadas a partir do 06 de junho de 2018 e antes da aprovação do empréstimo pelo Diretório do BID.

VII PLANEJAMENTO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

A. Introdução

- 7.1 Para a execução do Programa, a UCP utilizará uma série de instrumentos de planejamento, monitoramento e avaliação previstos no Contrato de Empréstimo e nos manuais operacionais do Banco. Os principais instrumentos estão a seguir detalhados. A UCP desenvolverá atividades de planejamento, monitoramento e avaliação e apresentar ao Banco, na forma e periodicidade estabelecidas neste ROP. A UCP deverá implantar e manter um sistema de informação adequado e confiável sobre a gestão do Programa em todos seus aspectos, inclusive técnicos, administrativos e financeiros, de forma que facilite o monitoramento da execução do Programa e o cumprimento de todos os procedimentos e de dados e informações do Programa necessários para a elaboração ou atualização dos diversos instrumentos a seguir descritos.

B. Plano de Execução do Projeto (PEP)

- 7.2 Este instrumento estabelece todos os investimentos programados para a duração do Programa, discriminando seus custos por Componente, produto, atividade, tipo e fonte de recursos. Inclui, ainda, o cronograma financeiro e físico de disponibilização de cada produto e o orçamento global. O PEP servirá de base para os demais instrumentos de planejamento e não precisará ser modificado ao longo da execução do Programa, no entanto, o Plano Operacional Anual (POA) e o Plano de Aquisições (PA) derivados deste instrumento, deverão ser atualizados periodicamente conforme indicado no ROP.

C. Plano Operacional Anual (POA)

- 7.3 O POA estabelece os investimentos que serão realizados durante o período de um ano de execução do Programa. Deve incluir um cronograma mensal das atividades que serão executadas por subcomponentes e atividades com seus respectivos custos identificados. Deve incluir para cada linha, gastos realizados de forma cumulativa. O POA deverá ser apresentado ao BID até o dia 30 de novembro, contemplando o ano-calendário (1º de janeiro a 31 de Dezembro) do ano anterior à sua vigência.

D. Plano de Aquisições (PA)

- 7.4 Este instrumento tem por finalidade apresentar ao BID e tornar público o detalhamento de todas as aquisições e contratações que serão efetuadas em determinado período de execução do Projeto, em conformidade com o estabelecido no Contrato de Empréstimo e seus Anexos. O PA deve ser apresentado junto com o POA, para análise e aprovação pelo BID, e atualizado anualmente, abrangendo o período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de cada ano-calendário, ou quando necessário, durante o período de execução do Programa. As licitações devem discriminar as categorias de gastos (obras, bens, consultoria, capacitação, etc.) e especificar a modalidade a ser utilizada para as aquisições (LPI, LPN, CP, SBQC, etc.), as fontes de recursos, e os procedimentos para a revisão do Banco (*ex-ante* ou *ex-post*).

E. Matriz de Resultados (MR)

- 7.5 Este instrumento descreve todos os impactos, resultados (intermediários e finais) e produtos do Programa e para cada um deles os indicadores, as metas e as fontes de verificação. Será um dos principais instrumentos para o monitoramento e a avaliação de desempenho do Programa. Os desembolsos referentes ao “*Projeto por Resultado*” estarão condicionados ao cumprimento de certas metas de desempenho acordadas com o Banco.

F. Plano de Monitoramento e Avaliação (PMA)

- 7.6 Este documento de planejamento define os parâmetros para o monitoramento e avaliação do Programa incluindo metodologias a serem utilizadas, visitas de inspeção, orçamento para a realização das atividades e os responsáveis pela sua realização e a periodicidades de elaboração de relatórios.

G. Matriz de Gestão de Riscos do Projeto (MGR)

- 7.7 Este instrumento classifica os riscos identificados para a execução do Programa num período determinado (normalmente anual), e define as medidas de mitigação para cada um deles, estabelecendo ações e os recursos que deverão ser executados para a sua implementação, bem como os indicadores de monitoramento dos riscos. A MGR será elaborada a partir de Seminários de Gestão de Riscos do Programa, evento que tem a presença dos principais atores que participarão do Programa e o Banco. A UCP deverá reportar ao Banco, nos prazos acordados, a implementação das medidas mitigadoras. Esse instrumento poderá ser atualizado mediante a realização de um novo Seminário, quando as circunstâncias requerirem e de comum acordo com o Banco.

H. Relatório Semestral de Progresso (RSP) e Relatório de Monitoramento de Progresso (PMR)

- 7.8 Este relatório tem por finalidade apresentar ao BID os resultados alcançados pelo Mutuário na execução o POA e do PA, relativos ao acompanhamento dos processos de execução e de solicitação e liberação de desembolsos. O Relatório de Progresso correspondente ao 2º semestre do ano calendário deverá apresentar uma síntese dos resultados alcançados por Componentes e Subcomponentes (parciais e totais, quando for o caso), analisando, ainda, os riscos do Projeto. Deve apresentar, também, uma visão consolidada das dificuldades e das lições aprendidas, bem como conclusões e recomendações destinadas a retroalimentar o Programa. Esses relatórios serão elaborados em formato acordado com o Banco e deverão ser apresentados no prazo máximo de 30 dias depois do encerramento do semestre correspondente.
- 7.9 O Relatório de Monitoramento de Progresso (PMR)). é o principal instrumento utilizado pelo BID para o monitoramento do desempenho do Programa. A partir das previsões temporais de gastos e de cumprimento de metas físicas estabelecidas no planejamento, o PMR permite identificar atrasos ou outras dificuldades de execução, e assim tomar as medidas corretivas. O PMR inicial, construído durante a preparação do Programa, será atualizado duas vezes ao ano. A atualização deve refletir a situação de execução do Programa. O PMR é base para a avaliação de carteira, evento realizado duas vezes ao ano, com a presença do Organismo Executor, Representação e Gerência do Banco. O PMR é responsabilidade do BID, devendo o executor encaminhar, como parte do Relatório Semestral de Progresso, os insumos necessários para o preenchimento do PMR.

I. Demonstrações Financeiras Auditadas (EFAs) e Relatórios Semestrais de Revisão Ex-Post de Aquisições e de Desembolsos

- 7.10 Relatórios anuais emitidos pela auditoria independente realizada pela AGU. Estes relatórios de auditoria apresentam informações acerca de: (i) demonstrações financeiras básicas; (ii) informações financeiras complementares; (iii) cumprimento das condições contratuais; (iv) exame integrado dos processos de aquisições e das solicitações de desembolso apresentadas ao BID; assim como quanto à emissão do relatório sobre avaliação do sistema de controle interno do Projeto.

J. Avaliação Intermediária

- 7.11 Após dois anos e meio (30 meses) da entrada em vigor do Contrato de Empréstimo ou quando tenha-se desembolsado e justificado 50% (cinquenta por cento) do montante do Empréstimo, o que ocorrer primeiro, a UCP e o Banco realizarão uma avaliação intermediária do Programa que terá como objetivo medir o progresso alcançado com respeito aos indicadores definidos no planejamento do Programa. Com base nesta avaliação, e caso seja necessário, poderão ser acordadas entre o Banco e o Órgão Executor medidas corretivas para a melhorar execução do Programa. Prévio a realização desta missão, será contratado uma consultoria independente para preparar um relatório contemplando, entre outros: a pertinência das atividades e dos produtos do projeto para o alcance dos objetivos estabelecidos; o progresso na execução das atividades (progresso físico-financeiro) e o alcance das metas previamente estabelecidas; a capacidade funcional e operacional do Organismo Executor para levar adiante a administração e execução do projeto.

K. Avaliação Final

- 7.12 A avaliação final do Programa será contratada quando tiver gasto 95% dos recursos ou estiver faltando 90 (noventa) para a data prevista para o último desembolso, o que ocorrer primeiro. O Relatório de Avaliação Final será preparado por uma consultoria independente, contratado mediante TdR acordado entre a UCP e o Banco. O Relatório deverá conter entre outros: o grau de cumprimento dos objetivos específicos do Programa; os resultados alcançados para cada componente, produto e atividade; as dificuldades e os pontos positivos do desenho e de execução do projeto; as lições aprendidas que possam beneficiar futuros projetos/programas. Será apresentada ao BID dentro dos 30 dias depois da justificativa de despesas do último desembolso de fundos de empréstimo.

VIII ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E AUDITORIA

A. Introdução

- 8.1 Os Componentes que fazem parte do “Projeto por Resultados” e os Componentes de Cooperação Técnica (componente 3 e Componente 4) terão distintas formas de administração financeira.

B. Plano de Contas

- 8.2 A UCP, com o apoio da COAFI, deverá preparar e apresentar para a não-objeção do Banco um Plano de Contas de Programa (ou utilizar SIAF) para realizar os registros contábeis das operações decorrentes da execução do Programa. Os registros deverão permitir a identificação dos gastos por componentes, subcomponentes, resultados e produtos definidos para os componentes do *Projeto por Resultado* (Componente 1 e Componente 2) e a nível de componentes e subcomponentes para o Componente 3 e Componente 4 do Programa.

C. Desembolsos do *Projeto por Resultados*

- 8.3 Não haverá recursos do Banco para realizar as atividades previstas nos Componente 1 e Componente 2 do PRODEFESA; todos os recursos gastos na obtenção das metas previstas serão provenientes do Orçamento Nacional
- 8.4 Para *Projeto por Resultados* (componentes 1 e 2), o desembolso de recursos do BID será realizado no final de cada ano calendário seguindo o seguinte procedimento: (i) o MAPA, por intermédio da UCP/SDA, elaborará um relatório de progresso da execução e do alcance dos indicadores de resultados que serão usados para os desembolsos (ver anexo: Matriz de Indicadores de Desembolso) e enviará o relatório para que seja realizada a verificação externa, que analisará o cumprimento dos mesmos com base nos protocolos estabelecidos (ver Matriz de Resultados). A informação sobre os indicadores de desembolso será consolidada no final de cada ano; (ii) o avaliador externo independente verificará o cumprimento dos resultados de acordo com os objetivos mencionados no parágrafo anterior e nos prazos acordados nos seus termos de referência; e (iii) após a verificação do cumprimento dos resultados nos indicadores vinculados aos desembolsos, o MAPA, por intermédio da UCP, encaminhará a solicitação de desembolso correspondente ao Banco, seguindo os procedimentos habituais. O Banco desembolsará o valor correspondente para cada indicador, apenas se o resultado da verificação externa revelar que o valor do indicador em questão tiver sido alcançado. Se não for cumprido o alcance previsto do indicador, a quantidade a ser desembolsada será proporcional ao nível atingido da meta. Por outro lado, os desembolsos serão realizados quando as metas acordadas (produto e resultado) com o Banco forem atingidos. Os recursos serão desembolsados numa conta específica do Tesouro Nacional, que poderá utilizar esses recursos para qualquer finalidade.

D. Desembolso do *Projeto Cooperação Técnica*

- 8.5 O Componente 3 Conhecimento e Inovação para a Defesa Agropecuária será executado integralmente com recursos de financiamento do BID

a) Desembolsos

- 8.6 A modalidade de desembolsos será o adiantamento de fundos (Fundo Rotativo) com base em planos financeiros semestrais. O Organismo Executor solicitará ao Banco desembolsos dos recursos do Empréstimo através do formulário padrão *Solicitação de Desembolso*. A solicitação deverá ser assinado pelo Secretário da SDA e pelo Coordenador da UCP. Na ausência de um deles, assinará o Coordenador da COAFI.
- 8.7 Os recursos do BID serão desembolsados diretamente em reais (R\$) numa conta especial destinado a movimentar unicamente os recursos do Empréstimo e servirão para o pagamentos aos consultores, fornecedores de bens e serviços, e organizações conveniadas envolvidos na implementação do Programa.
- 8.8 Para o desembolso dos adiantamentos posteriores ao primeiro, o Banco requererá a justificativa de pelo menos 80% do saldo acumulado, pendente de justificativa.

E. Auditorias Interna e Externa

- 8.9 Durante a execução do programa, serão apresentadas anualmente as demonstrações financeiras auditadas em até 120 dias após o fechamento do exercício fiscal. A auditoria externa será realizada pela Controladoria Geral da União (CGU). O termo de referência da auditoria estabelecerá procedimentos de auditoria específicos para a parte do programa desembolsada por resultados (Componentes 1 e 2). Para os componentes 1 e 2, as demonstrações financeiras finais incluirão a análise das possíveis diferenças entre os custos efetivos dos componentes e os desembolsos por resultados realizados. A Auditoria interna do Programa será realizada pela CGCO/SE vinculado à Secretaria Executiva do MAPA e a Auditoria Externa pela AGU ou TCU.

IX OUTROS TEMAS

A. Código de Ética

- 9.1 Os servidores públicos estão sujeitos ao Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal ou Código de Ética do Servidor Público do Brasil normatizado pelo Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994.

B. Modificações ao Regulamento Operacional

- 9.2 O Mutuário não poderá introduzir qualquer alteração neste Regulamento Operacional sem a prévia Não Objeção do BID. Em caso de conflito entre as disposições deste Regulamento e as do Contrato de Empréstimo e seus Anexos, prevalecerão estas últimas.